

Mónica Isabel Eduardo Domingos Tuliende

**VISÃO DE NUTRICIONISTAS SOBRE BENEFÍCIOS E
DIFICULDADES DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de pós-graduação em Nutrição, da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Nutrição.

Orientadora: Prof^ª. Suzi Barletto Cavalli,
Dr^ª

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tuliende, Mónica Isabel Eduardo Domingos
Visão de nutricionistas sobre benefícios e
dificuldades da aquisição de alimentos da
agricultura familiar para a alimentação escolar em
municípios da região sul do Brasil / Mónica Isabel
Eduardo Domingos Tuliende ; orientadora, Suzi
Barletto Cavalli, 2018.
107 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

1. Nutrição. 2. Alimentação escolar. 3.
Agricultura familiar. 4. Nutricionista. 5. Análise
de conteúdo. I. Cavalli, Suzi Barletto. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Nutrição. III. Título.

MÓNICA ISABEL EDUARDO DOMINGOS TULIENDE

**VISÃO DE NUTRICIONISTAS SOBRE BENEFÍCIOS E
DIFICULDADES DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO
BRASIL**


Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Nutrição, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de abril de 2018.

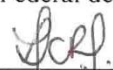

Prof.^a Patricia Faria Di Pietro, Dra.
Coordenadora do Curso


Prof.^a Suzi Barletto Cavalli, Dra.
Orientadora e Presidente da banca
Universidade Federal de Santa Catarina

Banca Examinadora:


Prof.^a Paula Lazzarin Uggioni, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.^a Greyce Luci Bernardo, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.^a. Leticia Carina Ribeiro da Silva, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedicatória!
Aos meus Pais,
meus irmãos, meu esposo e meu filho
pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela certeza de cada manhã, pelas oportunidades e desafios, por abrir o mar para que meu sonho se tornasse realidade, por estar comigo sempre, por me dar sabedoria e retirar cada obstáculo do meu caminho até chegar esse momento.

A minha família em especial aos meus Pais **Evaristo Domingos** e **Luisa Eduardo Domingos** pelo amor incondicional, incentivo e pelas orações mas que necessárias, ao meu irmão **Vikasse** pelo apoio, orientação, orações, por ouvir meus choros e lamentos, por me impedir de fazer as malas e voltar para casa logo na segunda semana de mestrado rrsrrrsrs..... A **Bazemath** e a **Floriane**, a **Celminha**, **Larilson**, por me terem por exemplo para as suas conquistas; ao meu Maninho **Carlos** e a esposa **Elisa**, a Mana **Salomé** por tudo.

Ao meu Esposo **Délcio Tuliende**, que como ninguém soube entender a minha ausência, pelo apoio incondicional, pelas orações constantes e por ter sempre acreditado em mim. Agradeço-lhe carinhosamente.

Ao meu filhinho **Delmo Tuliende** pelo sorriso encantador que foi mais que estímulo para continuar.

À professora **Suzi Barletto Cavalli**, por me receber desde que cheguei ao Brasil, a UFSC e ao PPGN vindo de uma terra distante e de um curso diferente (enfermagem), por me orientar com seriedade, leveza e descontração, por levar em conta as minhas idéias e as limitações, pela amizade e compreensão nos momentos difíceis e de saudade da minha pátria. Pelo apoio incondicional durante o período de gestação, pelos lanches e churrascos descontraídos.

À **Universidade Federal de Santa Catarina** (UFSC) por dispor de uma estrutura e ensino público de excelência.

Ao **Programa de Pós Graduação em Nutrição (PPGN/UFSC)** e aos professores do PPGN/UFSC por todo o conhecimento transmitido, em especial, àqueles com os quais tive contato nas disciplinas do programa: **Marcela Boro Veiros**, **Paula Lazzarin Uggioni**, **Morgana Moretti**, **Julia Moreira**, **Patricia Faria Di Pietro**, **Suzi Barletto Cavalli** e **Rossana Pacheco da Costa Proença**.

Ao **Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições** (NUPPRE) pelas discussões enriquecedoras e comidinhas deliciosas!!!

A **Universidade Jose Eduardo dos Santos** (UJES), pelo Instituto Superior Politécnico do Huambo pela oportunidade de tornar o sonho de ser Mestre uma realidade, em especial ao Professor **Helder Chipindo** (sem o seu apoio nada teria sido possível). Aos meus compatriotas Angolanos **Lote Miguel**, **Wilson Lukamba**, **Angelino Chitoma**,

Abrantes Adelino, Fátima Dantas e Olga Marcela por partilhar as angústias, a saudade, as vitórias e também o aprendizado.

Aos professores **Paula Lazarin, Marcela Boro Vieras, Cristine Garcia, Greyce Lucy Bernardo, Letícia Carina Ribeiro da Silva** por e **Suzi Barletto Cavalli** por participarem das bancas examinadoras de qualificação e defesa, pelas contribuições enriquecedoras e por colaborarem com o desenvolvimento deste trabalho desde sua concepção.

Às companheiras de estudos, trabalhos, almoços, desabafos, conversas e passeios inesquecíveis, **Vitória Uliana Bianchini, Mariana Girardi, Mariane Alves, Rafaella Mafra** e aos demais colegas de mestrado.

Aos amigos verdadeiros que são como irmãos que Deus me proporcionou aqui neste maravilhoso país: **Marcela Regina, Valeria de Jesus, Lilian Alves, Dona Vera, Dona Jurema, Ezequiel Melo, Ismael Júlio, Fabio Aldair, Anderson Vasquez, Danilo, Filipe Sousa e Carlos Junior**, pelas inúmeras conversas, caronas, almoços, passeios, jogos, cânticos que me fortaleceram nos momentos certos.

A **Suellen Sachi Martinelli**, por me acalmar nas horas que só Deus sabe... pelo apoio, pelas conversas, por ter sido o guia turístico para conhecer a Ilha da Magia, pelos convites para sair, por cuidar do Delmo enfim...faltam palavras, meu muito obrigada por tudo. **Rafaella Fabri, Rayza Cortese** (jamais esquecerei o pé de moleque e os canudinhos).

Meu amor incondicional a todos que fazem parte deste trabalho, seja pelos conselhos, pelas sugestões ou mesmo pelas distrações. Anseio que o tempo e esforço dispendidos, algumas das ideias apresentadas aqui, venham ajudar a mim mesma a identificar maneiras adicionais de enriquecer suas vidas e também o desenvolvimento de Angola.

A todos, o meu muito obrigada!

Ndapandula...

“ Só eu conheço os planos que tenho para vocês: prosperidade e não desgraça e um futuro cheio de esperança. Sou eu o senhor quem esta falando.

Jeremias 29:11”

RESUMO

TULIENDE, Mónica Isabel Eduardo Domingos. **VISÃO DE NUTRICIONISTAS SOBRE BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

As regulamentações atuais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estabelecem várias diretrizes, entre elas a que estipula que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela Agricultura Familiar, local, regional ou nacional. Enfatiza ainda o papel do nutricionista na coordenação das ações de alimentação escolar ao estabelecer que os cardápios sejam elaborados por esse profissional. O objetivo do estudo foi analisar na visão de nutricionistas gestores, quais os benefícios e as dificuldades na aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar de municípios da Região Sul do Brasil. Para atingir os objetivos propostos foram analisadas entrevistas realizadas com nutricionistas da alimentação escolar de 21 municípios da Região Sul do Brasil. Os 21 municípios estudados tinham em média 34.132 mil habitantes, 22 unidades escolares e serviam refeições para uma média de 3.626 alunos diariamente. Todas as entrevistadas eram do sexo feminino e o tempo médio de atuação na alimentação escolar foi de 8 anos. Em todos os casos os cardápios eram elaborados pelas nutricionistas responsáveis técnicas do Programa. As entrevistas foram gravadas e transcritas; por meio de um estudo qualitativo foi feita a análise de conteúdo, buscando agrupar em categorias analíticas os benefícios bem como as dificuldades. Assim foram identificadas duas categorias que descrevem as opiniões das nutricionistas sobre os benefícios da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar nomeadamente: melhoria na qualidade da alimentação escolar e impactos econômicos e sociais. Também foram identificadas duas categorias relacionadas as dificuldades da compra da agricultura familiar: disponibilidade dos produtos e organização dos agricultores. Na opinião das nutricionistas entrevistadas, houve melhoria da qualidade da alimentação escolar com a aquisição de alimentos dos agricultores familiares. Essa foi expressa a

partir da oferta de alimentos mais frescos, sazonais, com menos agrotóxicos, e também pela oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a partir do aumento da variedade e frequência na oferta de frutas legumes e verduras. Segundo os nutricionistas entrevistados um maior apoio da prefeitura poderia auxiliar na superação de determinadas dificuldades, a exemplo da assistência técnica para ampliar variedade da produção da agricultura familiar

Palavras-chave: Alimentação escolar. Agricultura familiar. Nutricionista. Análise de conteúdo.

ABSTRACT

TULIENDE, Mónica Isabel Eduardo Domingos. **VISION OF NUTRITIONISTS ON THE BENEFITS AND DIFFICULTIES OF THE ACQUISITION OF FOODS OF FAMILY AGRICULTURE FOR SCHOOL FEED IN MUNICIPALITIES OF THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL**. 2018. Dissertation (Master degree) - Nutrition Graduate Programme, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

The current regulations of the National School Feeding Program establish several guidelines, among them the one that stipulates that at least thirty percent (30%) of the total resources passed on by the National Education Development Fund are earmarked for the purchase of food, preferably organic, produced by Family Agriculture, local, regional or national. It also emphasizes the role of the nutritionist in coordinating school feeding actions by establishing that the menus are prepared by this professional. The objective of the study was to analyze in the view of nutritionist in particular the managers, on what are the benefits and difficulties in the acquisition of food from family farms for school feeding in municipalities in the Southern Region of Brazil. In order to reach the proposed objectives, interviews were conducted with nutritionists from school feeding in 21 municipalities in the Southern Region of Brazil. The 21 municipalities studies had an average of 34.132 thousand inhabitants, 22 school units and serving meals for an average of 3,626 students daily. All the interviewees were females and the average time of school feeding was 8 years. In all cases the menus were elaborated by the responsible technical nutritionists of the Program. The interviews were recorded and transcribed; by means of a qualitative study and the content analysis was done, seeking to group the benefits as well as the difficulties into analytical categories. Thus, two categories were described that describe the opinions of nutritionists about the benefits of purchasing family farming for school feeding, namely: improvement in the quality of school feeding and economic and social impacts. Two categories related to the difficulties of purchasing family farming were also identified: product availability and farmers' organization. In the opinion of the nutritionists interviewed, there was an improvement in the quality of school meals with the purchase of food from family farmers. This was expressed through the supply of fresh, seasonal foods with fewer pesticides, and also by the provision of nutritionally adequate meals, by increasing the variety

and frequency in the supply of fruits and vegetables. According to the nutritionists interviewed, a greater support from the city council could help overcome certain difficulties, such as technical assistance to expand the variety production of family agriculture.

Key words: School feeding. Family farming. Nutritionist. Content analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Áreas de atuação do nutricionista de acordo com a resolução CFN nº 380/2005.....	53
Figura 2: Etapas do projeto “Qualidade da alimentação escolar a partir do fornecimento de alimentos da agricultura familiar: um estudo multicêntrico na região sul do Brasil”.....	63
Figura 3: Etapas do projeto.....	64
Figura 4: Mesorregiões estado do Paraná (PR)	66
Figura 5: Mesorregiões do estado de Santa Catarina (SC).....	66
Figura 6: Mesorregiões do estado do Rio Grande Do Sul (RS)	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descritores em português e em inglês utilizados para revisão bibliográfica	29
Quadro 2: Necessidades nutricionais dos alunos de acordo com a modalidade de ensino (oferta de nutrientes).....	38
Quadro 3: Passo a passo da compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	44
Quadro 4: Caracterização de alguns estudos que destacaram as principais dificuldades e os benefícios enfrentados pelos atores envolvidos diretamente no processo de aquisição da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar	49
Quadro 5: Resumo das dificuldades da aquisição da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, segundo alguns estudos destacados na revisão bibliográfica.....	51
Quadro 6: Resumo dos benefícios da aquisição da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, segundo alguns estudos destacados na revisão bibliográfica.....	52
Quadro 7: Parâmetros numéricos mínimos de referência para contratação de nutricionistas, por unidade executora do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para a educação básica.....	55
Quadro 8: Valores de referência de energia, macro e micronutrientes conforme recomendação do Programa Nacional de Alimentação Escolar	56
Quadro 9: Atividades obrigatórias do Nutricionista vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar que constam na Resolução nº 465 de 23 de Agosto de 2010 do CFN	60
Quadro 10: Variável e indicadores relacionados a aquisição de alimentos da Agricultura familiar	68
Quadro 11: Passo a passo da exploração durante a análise de conteúdo	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF- Agricultura Familiar
AE- Alimentação Escolar
CAE - Conselho de Alimentação Escolar
CECANE - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar – Brasil
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar - Brasil
CME - Campanha de Merenda Escolar - Brasil
CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar – Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPF - Cadastro de Pessoa Física
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
EE - Entidades Executoras
FAE - Fundação de Assistência ao Educando
FAO - *Food and Agriculture Organization*
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FTP - Ficha Técnica de Preparo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC - Ministério da Educação e Cultura - Brasil
ONG - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAE - Programa de Alimentação Escolar
PMA - Programa Mundial de Alimentos
PME - Programa de Merenda Escolar
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QT - Quadro Técnico
RT - Responsável Técnico
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
USAID - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
1.1	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	23
1.2	OBJETIVOS.....	26
1.2.1	Objetivo Geral.....	26
1.2.2	Objetivos Específicos.....	27
1.3	ESTRUTURA GERAL DO TRABALHO.....	27
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	29
2.1	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	30
2.1.1	Histórico da alimentação escolar no Brasil	30
2.1.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar	33
2.2	ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL NA ALIMENTAÇÃO ESCOLA.....	36
2.2.1	Aquisição e fornecimento de alimentos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar	41
2.2.2	Dificuldades e benefícios da aquisição da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar	47
2.3	NUTRICIONISTA NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	53
2.3.1	Responsabilidades e desafios do nutricionista como RT no PNAE.....	54
3	METODOLOGIA.....	61
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	61
3.2	DEFINIÇÃO DE TERMOS RELEVANTES DA PESQUISA..	61
3.3	ETAPAS DA PESQUISA	63
3.4	DESCRIÇÃO DO LOCAL E POPULAÇÃO EM ESTUDO	64
3.5	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS	67
3.6	MODELO DE ANÁLISE.....	68
3.7	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	69
3.8	PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA	70
4	RESULTADOS.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS.....	93
	ANEXOS.....	102
	ANEXO A: DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO	102
	ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	104
	ANEXO C: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	106

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi implementado há mais de 60 anos com o objetivo de promover assistência alimentar em ambiente escolar no Brasil (BRASIL, 1955). No entanto, desde a sua implementação até o momento, passou por várias etapas que contribuíram positivamente para que se tornasse uma referência na área de Alimentação Escolar (TURPIN, 2009). O PNAE é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pelo repasse financeiro para os Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo beneficiado cerca de 42.6 milhões de estudantes em 2015 (BRASIL, 2016).

Um dos objetivos do PNAE é contribuir para a formação de práticas alimentares saudáveis mediante a oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos alunos matriculados na rede pública de educação (pré-escolar, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens adultos), durante o período letivo (BRASIL, 2009). Mediante a oferta de refeições, o PNAE cumpre com uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), principalmente pela utilização de alimentos saudáveis e pela oferta obrigatória de frutas e hortaliças, bem como a restrição da aquisição de produtos com alto teor de sódio, gorduras e açúcar (BRASIL, 2013).

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, a alimentação saudável deve basear-se em alimentos *in natura* e de elevado valor nutritivo, tais como frutas, legumes e verduras, grãos integrais, leguminosas, sementes e castanhas, bem como atender aos requisitos sensoriais, nutricionais e higiênico-sanitários. O mesmo incentiva o consumo de alimentos de produção local e regional provenientes da agricultura familiar, produzidos e processados com o uso de recursos e tecnologias ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Porém, a adesão indiscriminada de produtos industrializados na alimentação compromete a qualidade nutricional dos mesmos. Esses além de menos saudáveis são geradores de lixo, consequentemente comprometem a sustentabilidade (BOOG, 2004).

As regulamentações atuais do PNAE estabelecem várias diretrizes, entre elas destaca-se a que estipula que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo FNDE sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela

¹Agricultura Familiar (AF), local, regional ou nacional (BRASIL, 2009; 2013). Para Triches e Schneider (2010), com estas diretrizes, surgiu um espaço maior aos agricultores familiares orgânicos nos municípios, com incentivo ao consumo de alimentos *in natura* por parte dos escolares, podendo reduzir a oferta de alimentos industrializados. De acordo com Saraiva et al. (2013), aproximação entre o agricultor familiar e os consumidores promove uma integração baseada em princípios de sustentabilidade, podendo contribuir com a redução do êxodo rural e da pobreza rural e urbana.

Observa-se também uma influência positiva da inclusão de alimentos da AF nos cardápios escolares pelo aumento da oferta e qualidade dos vegetais e frutas (MOTTER; TEO, 2012; AGAPTO et al., 2012) resultando em maior aceitação e aumento do consumo por parte dos alunos (TRICHES, SCHNEIDER; 2010).

A Lei 11.947 de 2009 enfatiza o papel do nutricionista na coordenação das ações de alimentação escolar ao estabelecer que os cardápios sejam elaborados por esse profissional. Eles devem considerar a “utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada”(BRASIL, 2009).

De acordo com Chaves e colaboradores (2013), a presença do nutricionista trouxe contribuições significativas para a normatização do programa, bem como a ampliação das atribuições no PNAE. Diante disso a presença do profissional nutricionista no PNAE é regulamentada pelo Conselho Federal e Nutricionistas (CFN) que dispõe sobre as atribuições do mesmo (HONÓRIO; BATISTA, 2015; CFN, 2010).

Dentre as várias atribuições do nutricionista no PNAE, destaca-se o planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação do cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais, observando: a adequação às faixas etárias e os perfis epidemiológicos, o respeito aos hábitos alimentares e a cultura

¹ Agricultor Familiar e Empreendedor familiar rural é todo aquele que pratica atividade no meio rural, em área menor do que quatro módulos fiscais; com uso de mão de obra predominantemente familiar nas atividades do empreendimento, com renda originada principalmente de atividades vinculadas ao próprio empreendimento e que dirija seu empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

alimentar, a sua vocação agrícola e a alimentação saudável adequada. Deve ainda utilizar os produtos da AF dos Empreendedores Familiares Rurais, priorizando, sempre que possível os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos; local, regional, territorial, estadual ou nacional nesta ordem de prioridades (CFN, 2010).

Destaca-se também a importância da interação do profissional nutricionista com os AF e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma a conhecer a produção local e, como resultado, inserindo esses produtos na alimentação escolar e participação no processo de licitação e da compra direta da AF para aquisição de gêneros alimentícios (CFN, 2010). Fica assim evidente a importância do nutricionista na elaboração dos cardápios para a alimentação escolar, bem como a importância de um planejamento em parceria com o fornecedor (agricultor familiar), considerando a sazonalidade do produto, a frequência de entrega e as condições de armazenamento (SOARES et al., 2015).

No entanto, estudos demonstram que várias são as dificuldades da compra da agricultura familiar, tais como: burocracia dos processos licitatórios (SOARES et al., 2015) falta de interesse por parte dos agricultores (SARAIVA et al., 2013), falta de organização dos agricultores em cooperativas ou associações bem como a falta de inspeção sanitária para certificação dos produtos (MOTTER; TEO, 2012) e ainda dificuldades de planejamento quanto ao tipo e quantidades de alimentos a serem produzidos (AGAPTO et al., 2012).

Por outro lado, não se observam estudos que avaliaram a visão do nutricionista sobre os benefícios e dificuldades enfrentados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para as refeições escolares em diversos municípios brasileiros.

O projeto vem se desenvolvendo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de pesquisa III, Nutrição em Produção de Refeições e Comportamento Alimentar, com enfoque na Alimentação Escolar. Tem como referências principais os trabalhos de Soares (2011), em seu estudo fez uma Análise do Programa de Aquisição de Alimentos na alimentação escolar em um município de Santa Catarina com o objetivo de analisar as dimensões nutricional, regulamentar, sensorial e de sustentabilidade da qualidade da alimentação escolar a partir do recebimento de vegetais e frutas pelo PAA. Fabri (2012), debateu o Uso de alimentos regionais da agricultura familiar na alimentação escolar com objetivo de analisar a utilização de alimentos regionais da agricultura familiar na alimentação escolar em um município do Estado de Santa Catarina e Cavalli et al.,

(2011), seu estudo se debruçou sobre as Estratégias de Gestão da Qualidade dos Vegetais e Frutas Fornecidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para a Alimentação Escolar com o objetivo de analisar as estratégias de gestão da qualidade nutricional, regulamentar, sensorial e de sustentabilidade dos vegetais e frutas fornecidos pelo PAA para a Alimentação Escolar. Este estudo também está inserido no Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições (NUPPRE). O presente estudo é parte de um estudo multicêntrico na região sul do Brasil sobre a Qualidade da Alimentação Escolar a partir do fornecimento de alimentos da Agricultura Familiar.

Em 2002 mediante um acordo internacional, o Brasil passou a conceder vagas aos estudantes angolanos nas Universidades públicas brasileiras (BRASIL, 2016). A Universidade Federal de Santa Catarina por intermédio da Secretaria de Relações Internacionais (SINTER) e a Universidade José Eduardo dos Santos (Angola) firmaram uma parceria em 2013, por meio do Projeto Imagine, representado pelo seu coordenador André Ramos para formação em nível de mestrado (SINTER, 2015). Nesse sentido, a autora deste projeto é uma das estudantes selecionadas do programa, cujo objetivo principal é adquirir conhecimentos na área de nutrição para, posteriormente, subsidiar a Angola com os conhecimentos adquiridos bem como a abertura do curso de graduação em nutrição em Angola.

Por fim, considerando a legislação vigente, bem como as atribuições do nutricionista atuante no PNAE, elaborou-se a seguinte pergunta de partida:

Quais os benefícios e as dificuldades da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar na visão de nutricionistas gestores de municípios da Região Sul do país?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar, na visão de nutricionistas gestores, quais os benefícios e as dificuldades na aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar de municípios da Região Sul do Brasil.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar os principais benefícios relatados por nutricionistas gestores de municípios em relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.
- ✓ Identificar as principais dificuldades relatadas por nutricionistas gestores em relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

1.3 ESTRUTURA GERAL DO TRABALHO

A dissertação está estruturada em sete capítulos. O primeiro compreende a introdução da pesquisa que engloba a apresentação do problema, a justificativa culminando na pergunta de partida, os objetivos geral e específicos.

O segundo capítulo consiste na revisão bibliográfica, iniciando com uma abordagem sobre alimentação escolar, seu histórico da centralização a descentralização. Foram abordadas ainda questões relacionadas a alimentação saudável e sustentável, a aquisição e fornecimento de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar. Na sequência abordou-se ainda o tema do nutricionista no PNAE e os desafios do mesmo trabalhando na área.

O terceiro capítulo refere-se ao método da pesquisa, contemplando a caracterização do estudo, a definição dos termos relevantes para a pesquisa, as etapas, os critérios para seleção do local do estudo, o modelo de análise, os instrumentos e as técnicas de coleta de dados, bem como o tratamento e a análise dos dados.

Nos últimos capítulos são descritos os resultados da pesquisa na forma de um artigo, posteriormente as considerações finais e conclusões da dissertação. Por fim, encontram-se as referências bibliográficas, apêndices e anexos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O referencial teórico foi elaborado com base em duas temáticas. A primeira aborda a alimentação escolar com principal destaque ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sua história desde a centralização até a descentralização. Ainda, a promoção de uma alimentação saudável e sustentável, bem como a aquisição e fornecimento de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar por preverem a reconexão entre produção e consumo por meio da compra feita aos pequenos produtores. A segunda temática aborda o nutricionista atuante na alimentação escolar e seus desafios na área.

Para a estruturação da revisão bibliográfica foi realizada busca de dados sobre o tema na literatura científica. As bases de dados utilizadas foram: Biblioteca Universitária da UFSC; BBS, Portal de periódicos da Capes, Scopus, Scielo, teses e dissertações, livros e *sites* de órgãos oficiais nacionais e internacionais. Para isto, a pesquisa englobou as seguintes palavras chaves e/ou descritores em português e inglês.

Quadro 1: Descritores em português e em inglês utilizados para revisão bibliográfica

<i>Português</i>	<i>Inglês</i>
Alimentação escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Merenda escolar	<i>School feeding, School food, National School Food program, Farm to school</i>
Nutricionista	<i>Nutritionists, Dietist</i>
Agricultura familiar	<i>Family farm, Agro-foods network, Small farmer, Family farmer</i>
Aquisição de alimentos	<i>Buy food / Food Acquisition/ purchase</i>
Benefícios	<i>Benefits, advantage</i>
Dificuldades	<i>Difficult, hardness, obstacle, adversity</i>

Fonte: Autor, 2016

A pesquisa foi realizada no período de setembro de 2015 a junho de 2016, tendo como critérios de inclusão e exclusão as bibliografias que abordassem a temática da alimentação escolar, agricultura familiar e

ainda as que abordassem os benefícios e dificuldades da compra de alimentos da AF para AE.

2.1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

2.1.1 Histórico da alimentação escolar no Brasil

O Programa Nacional de Alimentação Escolar pode ser considerado o maior programa de ‘suplementação alimentar’ da América Latina. Isso devido ao seu tempo de atuação, continuidade e o compromisso constitucional desde 1988; ainda o caráter universal, o número de alunos atendidos e o volume de investimentos já realizados (TURPIN, 2009).

A alimentação escolar no Brasil foi idealizada na década de 1940, sendo dificultada sua concretização por indisponibilidade de recursos, o que aconteceu somente na década de 1950, com a elaboração do plano Nacional de Alimentação e Nutrição. Em 1955 com a assinatura do Decreto nº 37.106 de 31 de março, foi instituída a Campanha de Merenda Escolar (CME) subordinada ao Ministério da Educação (BRASIL, 1955; SANTOS et al, 2007). Com a edição do Decreto nº 39.007 de 11 de abril 1956, a Campanha de Merenda Escolar (CME) passa a denominar-se Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) com objetivo de promover atendimento no âmbito Nacional (BRASIL, 1956).

Em 1965 houve alteração do nome Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), instituída pelo Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1965. Deu-se também o surgimento de uma gama de programas de ajuda americana destacando o Alimentos para a Paz financiada pela *United States Agency for International Development* (USAID), o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e a alimentação da criança em idade escolar e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da *Food and Agriculture Organization* (FAO) e da *Organização das Nações Unidas* (ONU) (BRASIL, 2016).

Segundo Santos e colaboradores (2007), a fase inicial do programa teve como característica marcante a utilização de alimentos formulados como sopas, mingaus, milk-shakes; dentre outros, doados principalmente pelos Estados Unidos da América e Canadá, e posteriormente, alimentos formulados produzidos pela indústria de alimentos no Brasil.

A CNAE assumiu uma dimensão de política social como parte integrante do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), instituído pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1976, com a finalidade de oferecer uma refeição que completasse parcialmente as necessidades calóricas diárias dos escolares da rede pública de ensino (SANTOS et al., 2007).

O INAN tinha como proposta a criação de programas de suplementação alimentar para os trabalhadores, os grupos materno e infantil e escolares, dando prioridade às regiões mais pobres. Pretendia ainda, introduzir um conjunto de inovações políticas, dentre elas o estímulo à produção de produtos básicos, interferência na cadeia de abastecimento, aquisição de gêneros alimentícios do pequeno produtor, bem como a garantia de preços mais competitivos (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

A partir de 1979 a CNAE passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nome em uso até o presente momento (BRASIL, 2016). O PNAE tinha por objetivo atender as crianças matriculadas no pré-escolar e estabelecimentos de ensino básico e fundamental, proporcionando-lhes assistência alimentar, cujo conteúdo nutricional visava cobrir de 15% a 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos durante os 180 dias letivos (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

O financiamento, desenho e gerência do programa passou a ser de responsabilidade da Fundação de Assistência ao Educando (FAE) a partir de 1983, que mantinha centralizado o processo de aquisição de gêneros alimentícios (SANTOS et al, 2007; SPINELLI; CANESQUI, 2002), fundação que foi extinta em 1997. A partir desta data o PNAE passou a ser coordenado pela secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (SANTOS et al., 2007).

No período de 1986 a 1988, a FAE estimulou a descentralização mediante a municipalização através do repasse de atribuições aos municípios, sendo que a responsabilidade pelo financiamento, normatização e compra dos alimentos continuavam sendo da fundação (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

No entanto, somente em julho de 1994 com a Lei nº 8.913, foi instituída a descentralização do PNAE, mediante celebração de convênios transferindo aos municípios e as secretarias do Estado e do Distrito Federal a competência para atendimento aos alunos das redes escolares. E em 1998 mais de 70% dos municípios haviam aderido à descentralização (BRASIL, 1994).

A partir da descentralização, os municípios tornaram-se responsáveis pela elaboração dos cardápios, aquisição de alimentos, realização do controle de qualidade e vigilância sanitária, inspeção agrícola e a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) (SPINELLI; CANESQUI, 2002). Deu-se a consolidação da descentralização em dezembro de 1998, já sob gerência do FNDE, mediante a medida provisória nº 1.784 de 14 de dezembro, na qual a transferência dos recursos passou a ser de forma automática para além do repasse direto aos municípios e secretarias de educação, sem necessidade de celebração de convênios (BRASIL, 1998). Nesse período o valor diário repassado automaticamente era de R\$ 0,13, ou US\$ 0,13 (o câmbio real/dólar nesse período era de 1/1) (BRASIL, 1998).

Por outro lado, os recursos só seriam repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tivessem em funcionamento os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), constituídos por representantes do órgão de administração da educação pública, dos professores, dos pais e alunos, de trabalhadores, podendo também incluir representantes de outros segmentos da sociedade local. Compete ao CAE, entre outras funções, a fiscalização e o controle da aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar (BRASIL, 1994).

A elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar passa a ser responsabilidade do nutricionista, respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, a vocação agrícola e a preferência pelos produtos "*in natura*" (BRASIL, 1994).

Vale ressaltar que a partir de 2006, o FNDE estabeleceu parcerias com as Instituições de Ensino Federal de Ensino Superior para a criação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), com objetivo de ampliar e garantir a melhoria da execução do PNAE (BRASIL, 2006; PEIXINHO, 2013). Esses centros formam uma rede interinstitucional que presta apoio técnico e operacional aos estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas.

Em 2009 foi aprovada a Lei nº 11.947 de 16 de junho, que dispõe sobre a alimentação escolar, enfatiza a questão da universalização do atendimento aos alunos matriculados na rede pública; o emprego da alimentação saudável e adequada respeitando a cultura; as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; a participação da comunidade no controle social; o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados. Na referida lei, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de

gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Essa lei é regulamentada atualmente pela Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 com medidas que vão de acordo com as políticas públicas atuais de Segurança Alimentar e Nutricional, do Plano de Combate a Obesidade e do enfrentamento as Doenças Crônicas não Transmissíveis (BRASIL, 2013).

Ressalta-se que mais recentemente, a Resolução nº 4 de 2 de abril de 2015 modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu os grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; estabeleceu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares (BRASIL, 2015).

2.1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar

O PNAE é coordenado pelo FNDE, autarquia federal vinculada ao Ministério de Educação, que é responsável pela transferência de recursos financeiros exclusivos para a compra de alimentos, bem como o planejamento, controle, execução, monitoramento e avaliação. As Entidades Executoras, mediante as Secretarias Estaduais e municipais, são responsáveis pela execução do programa, constando entre as suas atribuições a utilização e complementação dos recursos, a prestação de contas, a oferta de alimentação escolar e o desenvolvimento de ações de educação alimentar (BRASIL, 2009).

A alimentação escolar é defendida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Recentemente, novas diretrizes de execução do PNAE foram estabelecidas a partir da Lei nº 11.947/2009 e pela Resolução nº 26/2013, sendo dever do estado a sua garantia (BRASIL, 2009; BRASIL 2013 SARAIVA et al., 2013).

A mesma Lei define a alimentação escolar como todo alimento oferecido no ambiente escolar durante o período letivo, independentemente de sua origem. Entre as suas diretrizes consta que a alimentação escolar deve utilizar alimentos saudáveis e adequados, variados e seguros que respeitem a cultura e as tradições. Devendo incluir a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem,

além disso, fomentar o desenvolvimento sustentável mediante a aquisição de alimentos produzidos na região dando preferência aos produzidos pela AF, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009).

A finalidade do Programa consiste em contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Essa contribuição consiste em ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais, durante o período letivo (BRASIL, 2009).

No tocante ao repasse financeiro para a execução do programa, este é feito pelo FNDE em parcelas, de maneira automática em conta específica para a entidade executora (estados, Distrito Federal, municípios, escolas federais). Os recursos repassados pelo FNDE devem ser utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios (BRASIL, 2009).

Os Estados poderão delegar a seus municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas suas respectivas áreas de jurisdição. Nesse caso específico, o repasse financeiro é feito diretamente do FNDE aos municípios, e as demais atribuições determinadas pela lei continuam sob responsabilidade da entidade executora (BRASIL, 2009).

O valor repassado para execução do programa é calculado de acordo com o número de alunos matriculados, segundo dados do censo escolar do ano anterior (BRASIL, 2009). Em 2015 o repasse beneficiou 42,6 milhões de estudantes (BRASIL, 2016).

A Lei nº 11.947/2009 trouxe grandes mudanças no que diz respeito aquisição de alimentos ao determinar a obrigatoriedade de compra de produtos da AF (priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas). No entanto, a aquisição dos produtos poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local e alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas regulamentares (BRASIL, 2009).

Ainda relativamente à aquisição de alimentos da AF para o PNAE, esta será dispensada quando houver impossibilidade de emissão do documento fiscal, inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios e ainda quando as condições higiênico-sanitárias forem consideradas inadequadas (BRASIL, 2009).

A execução do PNAE é acompanhada e fiscalizada pelos CAEs, que deverão ser instituídos pelos Municípios, Distrito Federal e Estados no âmbito de suas respectivas jurisdições. Pois os CAEs são órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma: um representante indicado pelo Poder Executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes; dois representantes de pais de alunos e dois representantes civis (BRASIL, 2009). É da Competência do CAE: acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas, bem como a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar; zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos; receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do mesmo (BRASIL, 2009).

O PNAE tem evidenciado uma experiência exitosa a partir de 2003, no entanto o Governo Brasileiro tem trabalhado no sentido de apoio ao desenvolvimento de programas de Alimentação Escolar na América Latina (Haiti), Caribe, África (Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e Ásia, tendo assinado um memorando de entendimento com a FAO e o Programa Mundial de Alimentação (PMA) em 2005 para estabelecer um regime de cooperação (PEIXINHO, 2013).

De acordo com Peixinho (2013), assessorar os países solicitantes na elaboração e implantação de programas nacionais de alimentação sustentáveis com base no programa brasileiro é o objetivo dessa cooperação.

Angola é um País localizado na África subsaariana, fazendo fronteira a norte com a República Democrática do Congo, a sul a República da Namíbia, a leste com a República da Zâmbia, e sendo banhada ao oeste pelo oceano atlântico. É um dos poucos países africanos de expressão portuguesa; viveu vários anos de guerra civil que consequentemente afetaram a economia do país bem como seu desenvolvimento nas várias áreas, existindo assim um elevado grau de pobreza (SAMUEL, 2011).

Devido ao elevado índice de abandono aos estudos e a dificuldade de aprendizagem, resultando em repetências por parte dos alunos, o Governo de Angola adotou o Programa de Merenda Escolar (PME) como estratégia para melhoria do estado nutricional e de saúde das crianças, e também para o aumento do rendimento escolar e diminuição da taxa de mortalidade infanto-juvenil por doenças associadas a desnutrição (SAMUEL, 2011, ANGOLA, 2016).

O PME é coordenado pelo Ministério da Educação de Angola que também é responsável pela sua execução administrativa e pelas normas regulamentares. Teve seu início em 1990, mediante a assinatura de um acordo entre o Ministério da Educação e o PMA, que previa o estabelecimento de um programa piloto de nutrição na capital do País. Esse gerou como resultado um aumento significativo de matrículas, do rendimento escolar e diminuição na taxa de desistência dos alunos. O objetivo primordial do PME era atender crianças em idade escolar entre 5 e 15 anos de idade que frequentem o primeiro nível de ensino da rede pública de educação, por essas serem mais vulneráveis a má nutrição. O mesmo possui uma gestão descentralizada e foi então estendido para as demais províncias de Angola em 2006 (SAMUEL, 2011).

A merenda distribuída as crianças ainda não foi padronizada, no entanto a mesma é feita em dependência da empresa fornecedora, sendo estas compostas maioritariamente por produtos industrializados como biscoitos, sucos de caixinha, pão, iogurte e leite. O PME prioriza as escolas localizadas nas zonas rurais bem como as zonas de maior vulnerabilidade em que as crianças precisam percorrer longas distancias para ter acesso à escola (SAMUEL, 2011, ANGOLA, 2016).

2.2 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Lei nº11.346 de 15 de setembro de 2006 criou o sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vista a assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006). A mesma lei estabelece o conceito de SAN:

A SAN consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O referido direito está previsto em lei, sendo dever do poder público adotar políticas e ações para promover e garantir a SAN para a

população, levando em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas e sociais. Igualmente deve considerar a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos recursos, a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população e a garantia da qualidade biológica, sanitária e nutricional dos alimentos, entre outros aspectos essenciais (BRASIL, 2006).

Uma alimentação saudável deve ser baseada em alimentos *in natura* e de elevado valor nutritivo, tais como frutas, legumes e verduras, grãos integrais, leguminosas, sementes e castanhas, e também deve atender a requisitos básicos sensoriais (sabor, cor, etc.) nutricionais e higiênico-sanitários (BRASIL, 2008).

Considera-se que os alimentos têm gosto, cor, forma, aroma e textura e todos esses componentes precisam ser considerados na abordagem nutricional. Os nutrientes são importantes; contudo, os alimentos não podem ser resumidos a veículos deles, pois agregam significações culturais, comportamentais e afetivas singulares que jamais podem ser desprezadas (BRASIL, 2008). A alimentação é um processo que se dá em função do consumo de alimentos e não de nutrientes. Uma alimentação saudável deve estar baseada em práticas alimentares que tenham significado social e cultural (BRASIL, 2008).

Desse modo, o consumo de vários tipos de alimentos fornece os diferentes nutrientes, evitando a monotonia alimentar, que limita a disponibilidade de nutrientes necessários para atender às demandas fisiológicas e garantir uma alimentação adequada.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), a coloração está relacionada com a alimentação saudável, uma vez que, quanto mais colorida mais rica é em relação a vitaminas e minerais, pois contempla uma maior variedade de grupos de alimentos. Essa variedade de coloração torna a refeição atrativa, o que agrada aos sentidos e estimula o consumo de alimentos saudáveis, como frutas, legumes e verduras, grãos e tubérculos em geral.

Contudo, o consumo alimentar tem se caracterizado pela diminuição de produtos *in natura* e pelo aumento considerável de produtos industrializados, o que contraria as orientações do guia e bem como as diretrizes de alimentação saudável dos órgãos de saúde pública (TRICHES, 2015). Para Boog (2004), a adesão indiscriminada de produtos industrializados não compromete apenas a qualidade nutricional da alimentação, pois quando práticas alimentares tradicionais cedem lugar a produtos industrializados, que são pouco saudáveis, mais ricos em gordura e geradores de lixo, compromete também a sustentabilidade. Consequentemente, a aceitação de um produto traz consigo a

incorporação de um complexo de valores e de condutas que se acham implicados no consumo dos mesmos.

No que diz respeito aos aspectos nutricionais da alimentação escolar, de acordo com a legislação devem ser oferecidas três porções de frutas e hortaliças por semana, de maneira a suprir as necessidades nutricionais dos alunos durante o período de permanência na escola (BRASIL, 2009). Já o guia alimentar para a população Brasileira de 2008 orienta o consumo diário de 3 porções de fruta ou mais como parte das refeições, sobremesas ou lanches devendo priorizar as frutas da época e da região (BRASIL, 2008).

A Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, do FNDE, recomenda que as necessidades nutricionais dos alunos devam ser supridas de maneira diferenciada, de acordo com a modalidade de ensino, conforme o Quadro 2 (BRASIL, 2009).

Quadro 2: Necessidades nutricionais dos alunos de acordo com a modalidade de ensino (oferta de nutrientes)

Modalidade de ensino	Nº de refeições	% das necessidades nutricionais diárias
Educação básica em período parcial	01	20%
Educação básica em período parcial	02 ou mais	30%
Educação básica em período integral	-	70%
Indígenas ou quilombolas	Por refeição	30%

Fonte: Brasil, 2009

No que diz respeito a oferta de alimentação saudável e adequada nas escolas, ressalta-se o fato de que os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo nutricionista, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região (BRASIL, 2009). Ainda, as Resoluções nº 38/2009 e 26/2013 priorizam as ações de Educação Alimentar e Nutricional que estimulem a utilização de produtos orgânicos e/ou ecológicos e promotores da sociobiodiversidade, a legislação determina que os alimentos orgânicos

e/ou agroecológicos devem ser priorizados nos cardápios da alimentação escolar (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

O Guia Alimentar para a População Brasileira, incentiva o consumo de alimentos nas formas mais naturais e produzidos localmente. Aconselha a valorização dos alimentos regionais provenientes da agricultura familiar, produzidos e processados com o uso de recursos e tecnologias ambientalmente sustentáveis. Deve igualmente reconhecer como prioritária a produção de alimentos que fomentem e garantam a SAN, bem como o uso da terra e da água, de forma ecologicamente sustentável e com impactos sociais e ambientais positivos (BRASIL, 2006; BRASIL, 2014).

Desse modo, o apoio aos pequenos e médios produtores de alimentos, a exemplo do PNAE, promove equidade e inclusão social por serem geradores de renda e de ocupação, resultando em maior e mais diversificada oferta de alimentos produzidos sob forma sustentável e de qualidade para a população (CONSEA, 2004). Consequentemente, o estímulo a produção diversificada e economicamente sustentáveis e a ampliação da capacidade de consumo dos alimentos locais ocupam um papel importante como estratégia de desenvolvimento, englobando um dos objetivos da segurança alimentar e nutricional (CONSEA, 2004).

Para Saraiva e colaboradores (2013), a aproximação entre agricultores familiares e consumidores promove uma integração baseada em princípios de sustentabilidade, podendo contribuir com a redução do êxodo rural e da pobreza rural e urbana.

Segundo Prezotto (2002) é importante enfatizar que os dejetos e resíduos de produtos tóxicos podem contaminar a água, o ar e o solo, na produção primária, ocasionando a degradação ambiental, afetando a produção de alimentos e a saúde humana. Nessa fase da produção os pesticidas, os herbicidas e os fertilizantes de origem sintética constituem as principais fontes de contaminação, resultando em crescimento dos impactos negativos no meio ambiente. Porém Boog (2004) enfatiza que a preservação do meio ambiente e a não utilização de agrotóxicos e de produção extensiva em monoculturas estão atreladas à preservação da cultura alimentar e à valorização e manutenção da produção local. Ainda assim, tais fontes de contaminação nem sempre são percebidas, nem consideradas prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Por esse motivo, muitos produtos resultam atestados aptos para o consumo, mesmo possuindo características indesejáveis (PREZOTTO, 2002).

Tem sido associada à questão ambiental e a valorização das técnicas de produção “amigas da natureza” ao conceito de qualidade atribuído aos gêneros alimentícios (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Embora não pareça, as questões ambientais surgem como resultados positivos não só por estarem associadas aos métodos e processo de produção, mas também pela diminuição da distância percorrida desde a produção até ao consumo (TRICHES; SCHNEIDER, 2010), bem como a preocupação com a sustentabilidade no debate sobre o desenvolvimento incita os Estados a incluírem, cada vez mais, as dimensões ambientais e sociais nas suas estratégias de desenvolvimento econômico (BONNAL; MALUF, 2009).

A perspectiva é promover o desenvolvimento da agricultura familiar pela oferta gratuita desse serviço com caráter educativo e metodologias participativas, “[política] orientada pelos princípios da agroecologia, visando a implementação de estratégias de desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente viável, sócio-culturalmente aceitável e que respeitem as diversidades existentes no país, visando a universalização do conhecimento no campo, o resgate da cidadania, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população, com estímulo à produção de alimentos saudáveis e de melhor qualidade biológica [incorporando] em todas as suas dimensões, as questões relativas a gêneros, raças e etnias, elaborando conteúdos e formas de ação que contemplem estas especificidades (BONNAL; MALUF, 2009).

O sistema orgânico de produção tem por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos. Do mesmo modo recomenda a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003). Nesse sistema de produção adotam-se técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais (BRASIL, 2003).

No entanto, a concepção da sustentabilidade no campo da alimentação e nutrição está em processo de construção e se configura como um dos grandes desafios do nutricionista quando da elaboração dos cardápios na alimentação escolar (SOUSA et al., 2015).

Nesse sentido, Soares (2015) destaca a importância do nutricionista na elaboração dos cardápios para alimentação escolar, bem

como a importância de um planejamento em parceria com o fornecedor (agricultor familiar), considerando a sazonalidade do produto, a frequência de entrega e as condições de armazenamento. E que a elaboração de cardápios e o estímulo à produção de alimentos sustentáveis devem estar alinhados a gestão das compras (SOARES, 2012; SOUSA et al., 2015).

2.2.1 Aquisição e fornecimento de alimentos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

O caráter concentrador da modernização agrícola implementada através da revolução verde impediu o desenvolvimento da agricultura familiar até meados da década de 90, onde o estado exerceu papel decisivo na sua intervenção ao privilegiar a produção urbano-industrial, cuja base técnica se assentava na monocultura, no uso de produtos agroquímicos e na mecanização (TURPIN, 2009). Para esse autor, vários agricultores familiares foram excluídos desse modelo, o que gerou o êxodo rural e a formação dos bolsões da pobreza urbana.

Entre os anos de 1990 a 2000, observou-se uma multiplicação de iniciativas realizadas por movimentos sociais em articulação com Organizações Não Governamentais (ONGs), com vista a identificar, experimentar, e implementar respostas concretas aos desafios tradicionais dos agricultores familiares (BONNAL; MALUF, 2009). Ainda segundo Turpin (2009), tradicionalmente os pequenos produtores não eram incluídos nas políticas de crédito por sua categoria. Mas a partir de 1987, com a elaboração da proposta de lei agrícola pelos movimentos sindicais que incluía a política de crédito voltada a Agricultura Familiar, eles começaram a entrar em pauta.

Isso porque, desde o início do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, a destinação do crédito privilegiava médios e grandes proprietários (devido às exigências de garantia e excesso de burocracia) da região centro-sul do país e chegava a subsidiar mais da metade do valor da maquinaria agrícola (TURPIN 2009).

No âmbito do pequeno produtor rural, as políticas de crédito começaram a entrar na pauta governamental a partir da reforma da Constituição em 1987, com a elaboração de uma proposta de lei agrícola pelos movimentos sindicais, que incluía uma política de crédito voltada para a agricultura familiar. Em 1994, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento criou o Programa de Valorização da Pequena Produção

Rural (PROVAP), crédito de investimento subsidiado para os agricultores familiares, que viria a ser base para a elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995 (BELIK, 2000).

Para concluir, Bonnal e Maluf (2009) destacam os rumos recentes do PRONAF e o modo como ele vem refletindo preocupações relativamente ao meio ambiente, bem como a sustentabilidade e as várias questões de desenvolvimento rural, que constituem tentativas de superar os limites do crédito agrícola tradicional.

O fortalecimento da agricultura familiar é de grande importância para a sustentabilidade do sistema alimentar e proporciona melhor conservação e manejo da biodiversidade (CONSEA, 2004). O agricultor familiar é reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Documento este, que é o instrumento de identificação do agricultor familiar, utilizado para o acesso às políticas públicas (BRASIL, 2015).

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e o gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2006). Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2006).

Apesar da comercialização ser o elemento central da expansão da agricultura familiar, as funções de unidade familiar como: autoconsumo, garantia de trabalho para a família e as preservações do modo de vida, extrapolam o aspecto da produção somente para o mercado, estendendo-se também para a decisão a ser tomada no momento da produção (BELIK, 2016, p.67).

A partir da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, visando auxiliar o processo de compra da AF para AE, a aquisição dos produtos passou a ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se o procedimento licitatório (BRASIL, 2009).

A mesma Lei (nº 11.947/2009) estabeleceu diretrizes para o programa como:

O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e; ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com

incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (BRASIL, 2009).

Além disso, ao estabelecer que pelo menos 70% do cardápio contenham alimentos básicos (arroz, feijão, legumes) e recomendar o uso de produtos regionais, o FNDE induz o respeito à cultura alimentar local e ao uso de produtos *in natura*, típicos da agricultura familiar (TURPIN, 2009). Turpin (2009) defende o papel do FNDE como órgão responsável pela coordenação do PNAE, sendo fundamental para a manutenção e efetivação da legislação relativa ao incentivo ao desenvolvimento local integrado e sustentável, apoiando os projetos de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Segundo Silva e Sousa (2013), a partir da obrigatoriedade da compra da AF para a AE, a comercialização de alimentos do agricultor familiar e cooperativas, alcançou aumentos consideráveis. Assim, apesar das inúmeras limitações, as compras institucionais descentralizadas abriram a possibilidade de inserção das pequenas empresas, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária neste mercado institucional (PEIXINHO, 2013).

Triches e Schneider (2010) verificaram que a assistência técnica e os sindicatos rurais, foram fundamentais na mediação do processo de aquisição de alimentos dos produtores rurais, viabilizando a relação entre os agricultores e o Estado, mas também na assessoria e capacitação dos produtores.

Destaca-se ainda que a Resolução nº 4 de 2 de abril de 2015, considerando o fortalecimento da Agricultura Familiar (AF) e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local, alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações. A Resolução publicada em 2015 modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu o que são grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e critérios para desempate. A mesma definiu os locais onde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; estabeleceu que os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar são aqueles publicados na chamada pública. Determinou também o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por

entidade executora; estabeleceu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares e deliberou modelos de edital de chamada pública, de pesquisa de preços para projeto de venda e de contrato (BRASIL, 2015).

A inviabilidade de fornecimento regular e constante como justificativa para o não atendimento dos 30% exige articulação entre quem compra (demanda de alimentos para as escolas dos municípios) e quem vende (oferta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares). Neste contexto, destaca-se que o planejamento dos cardápios escolares, como um dos primeiros passos para a compra da AF. Ressalta-se ainda que esta etapa deve basear-se no pressuposto de promoção da saúde conjugada à sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social (SARAIVA et al., 2013).

No entanto para a efetivação da compra, devem-se cumprir as etapas descritas no Quadro 3. Acredita-se que, apesar da atribuição de responsáveis para a condução cada etapa, a articulação e participação de todos os envolvidos em todas as etapas do processo são importantes para o sucesso da compra da AF para AE (CAVALLI et al., 2012).

Quadro 3: Passo a passo da compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (continua)

1º Passo: Orçamento	Responsável: Entidade Executora
Estabelecer o quanto será gasto com compras da agricultura familiar (mínimo 30% do recurso do FNDE).	
2º Passo: Articulação entre atores sociais	Responsável: Entidade Executora
Mapear os produtos da agricultura familiar local e informar à Entidade Executora a demanda (especificar produtos e quantidades)	
3º Passo: Cardápio	Responsável: Nutricionista RT
Elaboração de cardápio respeitando a cultura alimentar local, a diversidade e a sazonalidade da produção da agricultura familiar da região Planejamento do cardápio feito com base no mapeamento dos produtos da AF, tendo em conta a sazonalidade e quantidade produzida na região.	

Quadro 3: Passo a passo da compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (continua)

4º Passo: Pesquisa de preço	Responsável: Entidade Executora e parceiros
<p>A entidade executora deverá considerar os preços de referência dos produtos previamente estabelecidos e publicados no edital da chamada pública.</p> <p>A pesquisa de preços deverá levar em conta a média dos preços pagos aos agricultores familiares, dando preferência à feira do produtor da agricultura familiar, quando houver.</p>	
5º Passo: Chamada pública	Responsável: Entidade Executora
<p>Chamada Pública é o procedimento administrativo voltado para seleção de propostas específicas efetivar a aquisição de produtos da AF, com dispensa de licitação.</p> <p>A chamada pública deve fornecer informações necessárias para que os fornecedores apresentem corretamente os projetos de venda.</p> <p>Divulgar a chamada pública em locais de ampla circulação.</p>	
6º Passo: Elaboração do projeto de venda	Responsável: AF ou associações e cooperativas
<p>É o documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares em fornecer alimentos para a AE. O projeto de venda deve estar em conformidade com a Chamada Pública e ser encaminhado à Entidade Executora acompanhado da documentação exigida</p>	
7º Passo: Recebimento e seleção do projeto de venda	Responsável: Entidade Executora
<p>Documentação exigida para habilitação dos fornecedores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grupo Formal: *DAP jurídica, CNPJ, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e projeto de venda; - Grupo Informal: DAP de cada agricultor familiar, CPF e Projeto de venda. <p>Para a avaliação e seleção dos alimentos os produtores deverão encaminhar amostras para serem submetidas aos testes necessários após a fase de habilitação.</p> <p>Os produtos da agricultura familiar devem atender a legislação sanitária.</p> <p>Limite individual de venda do agricultor familiar é de R\$ 20.000,00 por DAP/ano.</p>	
8º Passo: Amostra para controle de qualidade	Responsável: Entidade Executora
<p>Para avaliação e seleção dos alimentos os produtores deverão apresentar amostras para serem submetidas aos testes necessários.</p>	

Quadro 3: Passo a passo da compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (conclusão)

9º Passo: Contrato de compra	Responsável: EE e fornecedores
Formalização legal do compromisso assumido pela Entidade Executora e fornecedores para a entrega dos gêneros alimentícios da AF para AE. O Contrato estabelece o cronograma de entrega dos produtos, data de pagamento dos Agricultores Familiares e cláusulas de compra e venda.	
10º Passo: Termo de recebimento, entrega dos produtos e pagamento dos agricultores	Responsável: EE e fornecedores
O Termo de Recebimento atesta que os produtos entregues estão de acordo com o Contrato e com os padrões de qualidade; Documento fiscal.	

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf; CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; INSS – Instituto Nacional do Seguro Social; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; CPF – Cadastro de Pessoa Física.

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado do manual de aquisição de produtos da AF para a AE (BRASIL, 2016)

A regulamentação define a incorporação de alimentos *in natura*, diversificados e sazonais, respeitando preferências, hábitos e tradições alimentares locais, não se limitando a especificações padronizadas sobre as características sensoriais dos alimentos nos processos de compra (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013). No entanto, a oferta de alimentos orgânicos e/ou ecológicos pode ficar inviabilizada se os cardápios não forem planejados junto com os agricultores para programar a oferta, tendo em conta que uma das características desses alimentos é respeitar a sazonalidade das diferentes culturas (SOUSA et al., 2015). Portanto, para a integração de políticas de alimentação com políticas agrícolas, torna-se necessária a aproximação entre nutricionistas, agricultores e técnicos da área de produção agrícola, compartilhando as responsabilidades na tomada de decisões durante o processo de planejamento e implementação do programa (SOARES et al., 2015).

2.2.2 Dificuldades e benefícios da aquisição da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar

Conforme referido no capítulo anterior, as Chamadas Públicas de Compras são um instrumento estratégico para a compra direta de gêneros alimentícios da AF para a AE. Saraiva e colaboradores (2013) afirmam que na medida em que o gestor público, ou EE, consiga implementar a compra da AF como uma ação transversal dentro de políticas setoriais, prevendo desafios, o desenvolvimento local será potencializado.

Dentre os desafios apontados pelos autores cita-se: assessoria técnica para agricultores; infraestrutura de logística e armazenagem; diagnóstico e interação com a realidade agrícola local/regional; bem como a criação de espaços ou fóruns participativos de debate e planejamento, envolvendo agricultores, gestores e escolas (SARAIVA et al.,2013).

Alguns estudos destacaram as principais dificuldades bem como os benefícios enfrentados pelos envolvidos diretamente no processo de aquisição da AF para AE como gestores, nutricionistas, agricultores e merendeiras. A caracterização dos estudos pode ser observada no quadro 4, enquanto que as dificuldades e benefícios podem ser observadas nos Quadros 5 e 6.

Quadro 4: Caracterização de alguns estudos que destacaram as principais dificuldades e os benefícios enfrentados pelos atores envolvidos diretamente no processo de aquisição da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

Autor	Título	Ano	Região	Entrevista	Nº de entrevistas
TRICHES E SCHNEIDER.,	Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção	2010	Rolante e Dois Irmãos (RS) .	-Produtores -Pais de alunos -Diretores de escolas -Merendeiras -Gestores	57
MOTTER; TEO,	Agricultura Familiar: Desafios e dificuldades na aproximação com o Programa Nacional De Alimentação Escolar	2012	São Miguel da Boa Vista e Maravilha (SC)	-Gestores de educação - Merendeiras -Nutricionistas -Agricultores familiares.	33
AROUCHA,	Agricultura familiar na alimentação escolar: Estudo de oportunidades e de desafios	2012	Paulo Afonso (BA)	- Gestores Municipais - Nutricionistas - Responsáveis das cooperativas - Agricultores	284
AGAPTO et al.,	Avaliação do Programa de Aquisição De Alimentos, (PAA) em Campina do monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores	2012	Campina do Monte Alegre(SP)	-Agricultores -Gestores municipais	53
RIBEIRO; CERATTI; BROCH,	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura	2013	Rio Grande do Sul	- Agricultores familiares - Responsáveis Institucionais da Secretária de Desenvolvimento	15

	familiar em municípios do Rio Grande do Sul			Rural, Secretária da Educação , escolas estaduais e municipais	
HESPANHOL,	Programa De Aquisição De Alimentos: Limites e potencialidades de Políticas De Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar	2013	Dracena (SP)	-Produtores rurais participantes do programa -Responsáveis institucionais	35
TOYOYOSHI et al.,	Avaliação da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar	2013	São Lourenço (RS) Alto Horizonte (GO)	- Relatório técnico da ONG Ação Fome Zero	22
SARAIVA et al.,	Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar	2013	Santa Catarina	- Revisão da literatura - Dados oficiais fornecidos pelo FNDE/MEC/PNAE, referentes a prestações de contas dos órgãos gestores municipais relativos ao exercício 2010	-
Soares et al	Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro	2015	Santa Catarina	- Representante do CAE -Nutricionistas do programa -Secretário da Educação -Cozinheiras -Extencionista rural e -Engenheiro agrônomo -Secretário da agricultura -Técnicos agrícolas -Representante da cooperativa -Agricultores familiares	16

Fonte: A autora, 2017

Quadro 5: Resumo das dificuldades da aquisição da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, segundo alguns estudos destacados na revisão bibliográfica.

DIFICULDADES	Triches; Schneide r, 2010	Aroucha, 2012	Motter; Teo, 2012	Agaptoet al., 2012	Ribeiro; Ceratti; Broch, 2013	Hespanh ol, 2013	Saraiva et al., 2013	Soares et al. 2015
Atendimento aos padrões de qualidade dos produtos	X							X
Ausência de mapeamento da produção				X			X	X
Burocracia nos processos licitatórios / Elaboração do projeto de venda		X					X	X
Estrutura das cozinhas para conferir os alimentos no momento do recebimento / Falta de refrigeradores		X			X			X
Problemas climáticos para manter a regularidade da oferta			X					X
Falta de inspeção sanitária / Certificação	X		X		X		X	X
Ausência de cooperativas agrícolas			X		X	X		
Atrasos no pagamento		X		X				
Falta de interesse dos agricultores			X		X			

Fonte: A autora, 2016

Quadro 6: Resumo dos benefícios da aquisição da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, segundo alguns estudos destacados na revisão bibliográfica.

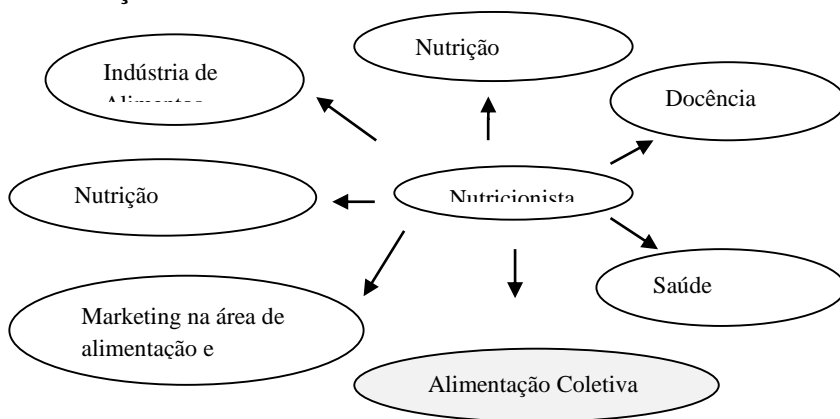
BENEFICIOS	Triches; Schneider, 2010	Aroucha2012	Motter; Teo, 2012	Agapto et al., 2012	Ribeiro; Ceratti; Broch, 2013	Hespanhol, 2013	Saraiva et al., 2013	Soares et.al 2015
Aumento da frequência de frutas verduras e leguminosas no cardápio/Recebimento de produtos frescos	X		X	X			X	X
Aquisição de alguns alimentos orgânicos no município	X	X	X	X			X	X
Reformulação dos cardápios conforme a produção local / Inclusão de novos alimentos	X	X	X					
Proximidade entre a produção e consumo/ Maior relação entre o campo e a cidade						X	X	X
Entrega de produtos conforme as especificações / Maior variabilidade/Padrões de qualidade	X			X	X			X
O incentivo à organização das cooperativas / Desenvolvimento local / Aumento da renda e diminuição do êxodo rural	X				X		X	
A possibilidade de um novo mercado / garantia de venda dos gêneros produzidos	X		X		X	X		
Diversificação dos produtos agrícolas / Mapeamento da produção local						X		
Promoção de educação alimentar e nutricional no espaço escolar / Melhor aceitação e consumo por parte dos alunos	X				X		X	

Fonte: A autora, 2016

2.3 NUTRICIONISTA NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O exercício da profissão de nutricionista foi regulamentado em 1978 por meio da Lei nº 6.583. A legislação além de criar o Conselho Federal (CFN) e os Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional, organização, disciplina, e sobre atua pelos interesses da classe. (VASCONCELOS; CALADO, 2011; CFN, 1978). No entanto, com a Resolução do CFN nº 380 de dezembro de 2005, o Conselho instituiu sete áreas de atuação do nutricionista, conforme figura 1. Dentre essas se destaca, a área de alimentação coletiva, na qual se insere o nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Figura 1: Áreas de atuação do nutricionista de acordo com a resolução CFN nº 380/2005.



Fonte: Elaborado pela Autora

Já a presença do nutricionista no PNAE foi determinada e regulamentada pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), por meio da Resolução CFN nº465 de 23 de agosto de 2010, que dispõe sobre as atribuições do profissional no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) (HONÓRIO; BATISTA, 2015; CFN, 2010). Mas, foi a partir da instituição da Resolução nº 32/2006 do Fundo Nacional de

Desenvolvimento e Educação (FNDE) que foi determinada que a responsabilidade técnica do Programa deverá ser assumida pelo nutricionista (BRASIL, 2006;CHAVES et al, 2013)

De modo complementar a Lei nº 11.947 de 16 de julho de 2009 reforçou a ideia de que a coordenação das ações de alimentação escolar deveria ser realizadas por nutricionista. Dispõe também que o profissional deve estar obrigatoriamente cadastrado no FNDE e vinculado ao setor de alimentação escolar da Entidade Executora (BRASIL, 2009).

O FNDE por meio do Sistema de Cadastro de Nutricionistas (SINUTRI) realiza levantamentos de dados anuais, que possibilita atualizações e constatações de possíveis inconsistências das normas vigentes. Além disso, realiza o monitoramento e interação com o nutricionista atuante no PNAE, e também o envio de relatório ao CFN que acompanha e fiscaliza a atuação profissional (CHAVES et al, 2013).

Segundo Chaves et al. (2013), a presença do nutricionista no programa trouxe contribuições significativas para o PNAE e acarretou avanços importantes para a normatização do programa, desde a ampliação das atribuições do nutricionista no PNAE, à contratação do profissional como Responsável Técnico (RT) nas Entidades Executoras (EE).

2.3.1 Responsabilidades e desafios do nutricionista como RT no PNAE

Por Responsável Técnico (RT) no âmbito no PNAE entende-se nutricionista habilitado que assume o planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação na área de alimentação e nutrição (CFN, 2010).

A contratação do nutricionista para o PNAE deve ser realizada pela entidade executora, ou seja, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, devendo obedecer alguns parâmetros numéricos, assim como a categoria de contratação (CFN, 2010). A Resolução do CFN nº 465/2010 estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência para atuação dos nutricionistas na alimentação escolar, visto que todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica (educação infantil, creche e pré-escola, jovens e adultos) são atendidas pelo PNAE (CFN, 2010), conforme representado no quadro 7.

Quadro 7: Parâmetros numéricos mínimos de referência para contratação de nutricionistas, por unidade executora do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para a educação básica.

Nº de alunos	Nº de nutricionistas	Carga horária técnica mínima recomendada
Até 500	1 Responsável Técnico (RT)	30 horas
501 a 1.000	1 RT + 1 Quadro Técnico (QT)	30 horas
1.001 a 2.500	1 RT + 2 QT	30 horas
2.501 a 5.000	1 RT + 3 QT	30 horas
Acima de 5.000	1 RT + 3QT e + 1 QT a cada fração de 2.500 alunos	30 horas

Fonte: Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) nº 465/2010.

Na modalidade de educação infantil, na qual fazem parte as creches e pré-escola, a unidade executora deverá possuir um nutricionista para cada 500 alunos, com carga horária mínima semanal de 30 horas (CFN, 2010). Porém o estudo realizado em municípios da região sul do Brasil Correa et, al (2016) considerou que não havia nutricionistas em numero exclusivo para este fim.

Compete ao nutricionista vinculado a entidade executora no âmbito do Programa de Alimentação Escolar exercer as atividades obrigatórias que constam na Resolução nº 465 de 23 de agosto de 2010 do CFN. Dentre as suas atribuições destacam-se aqui o planejamento, a elaboração, o acompanhamento e avaliação do cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais, observando:

- a. Adequação as faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas, para definir a quantidade e qualidade dos alimentos;
- b. Respeito aos hábitos alimentares e a cultura alimentar de cada localidade, a sua vocação agrícola e à alimentação saudável adequada;
- c. Utilização dos produtos da agricultura familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, priorizando, sempre que possível os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos; local, regional, territorial, estadual ou nacional nesta ordem de prioridades (CFN, 2010).

O quadro 8 apresenta os valores de referência de energia, macro e micronutrientes por faixa etária e as categorias de atendimento em período parcial, que deve cobrir no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição, para os demais alunos matriculados na educação básica (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

Quadro 8: Valores de referência de energia, macro e micronutrientes conforme recomendação do Programa Nacional de Alimentação Escolar

20% das necessidades nutricionais diárias												
Categori a	Idade	Ene rgia (kca l)	Car boi rato s (g)	Prot eína s (g)	Lipí dios (g)	Fibr as (g)	Vitaminas		Minerais (mg)			
							A (g)	C (mg)	Ca	Fe	Mg	Zn
Creche	7 11 meses	135	21,9	4,2	3,4	-	100	10	54	2,2	15	0,6
	1 3 anos	200	32,5	6,3	5,0	3,8	60	3	100	1,4	16	0,6
Pré- escola	4 5 anos	270	43,9	8,4	6,8	5,0	80	5	160	2,0	26	1,0
Ensino	6 10 anos	300	48,8	9,4	7,5	5,4	100	7	210	1,8	37	1,3
Fundam ental	11 15 anos	435	70,7	13,6	10,9	6,1	140	12	260	2,1	63	1,8
Ensino médio	16 18 anos	500	81,3	15,6	12,5	6,4	160	14	260	2,6	77	2,0
EJA	19 30 anos	450	73,1	14,0	11,3	6,3	160	17	200	2,6	71	1,9
	31 60 anos	435	70,7	13,6	10,9	5,7	160	17	220	2,1	74	1,9

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2001; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2003; Fibras, Vitaminas e Minerais – Referência da Ingestão Dietética (DRI) / Instituto de Medicina Americano (IOM), 1997 – 2000 – 2001. Adaptada pela autora (BRASIL, 2009ab).

Acredita-se que a elaboração de cardápios diferenciados seja um dos desafios para o profissional, levando-se em conta as necessidades nutricionais específicas ou não, a categoria de atendimento (creche, pré-escola, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos), a faixa etária (de 7 meses a 60 anos) e o período de permanência na escola

(parcial ou integral) (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013). Assim, cabe ao nutricionista RT a definição do horário e do alimento adequada a cada tipo de refeição, respeitando ainda a cultura alimentar. Também, diferenciando a porção ofertada de acordo com a faixa etária dos alunos e as necessidades nutricionais estabelecidas (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013)

Em relação ao planejamento de cardápios, a Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 destaca ainda, que os mesmos deverão atender aos alunos com necessidades nutricionais específicas, (como doenças, alergias e intolerâncias), bem como as especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas. Também, devem ser elaborados a partir de Fichas Técnicas de Preparo (FTP), contendo informações sobre o tipo de refeição, o nome da preparação, os ingredientes que a compõe e sua consistência, bem como informações nutricionais de energia, macronutrientes e micronutrientes prioritários (vitaminas A e C, magnésio, ferro, zinco e cálcio) e fibras. Os cardápios devem apresentar, ainda, a identificação (nome e CRN) e a assinatura do nutricionista responsável por sua elaboração (BRASIL, 2013).

Destaca também que os mesmos deverão conter, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana, sendo em média 200 gramas para cada aluno/semana. No entanto o Guia alimentar para a população Brasileira de 2008 orienta o consumo de três porções de fruta diário (BRASIL, 2008). A oferta de doces e/ou preparações doces fica limitada a duas porções por semana, equivalente a 110 kcal/porção. Também define as recomendações e limites para o atendimento médio das necessidades nutricionais dos escolares respeitando os percentuais de adequação de:

- 10% da energia total proveniente de açúcar simples de adição,
- 15 a 30% da energia total proveniente de gorduras totais,
- 10% de gordura saturada,
- 1% de gordura *trans* e
- 400 mg de sódio *per capita*, em período parcial, quando ofertada uma refeição; podendo chegar a 1.400 mg sódio *per capita*, em período integral, quando ofertadas três ou mais refeições (BRASIL, 2013).

Restringe o uso de enlatados, embutidos, doces,² alimentos compostos, preparações prontas ou semiprontas, alimentos concentrados

² Alimentos compostos: Dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto (Brasil, 2009).

(em pó ou desidratados para reconstituição), alimentos com quantidade elevada de sódio ou gordura saturada, bem como o uso de bebidas com baixo teor nutricional como refrigerantes, sucos artificiais, greselhas e chás prontos para o consumo. Ainda, recomenda que as bebidas a base de fruta não podem substituir a oferta de frutas *in natura* (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

Para além dos parâmetros nutricionais, destaca-se também a importância da interação com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar e participação destes, no processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios, no que se refere à parte técnica (especificações, quantitativos entre outros) (CFN, 2010).

Observa-se que a partir da Legislação nº11.947 de 16 de junho de 2009, o nutricionista precisou se aproximar com o setor agrícola familiar e suas organizações, diante da obrigatoriedade de compra de produtos desse setor produtivo, de forma a conhecer a produção local e assim inserir esses produtos nos cardápios escolares (BRASIL, 2009; CHAVES et al 2013). Ainda, segundo essa legislação os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada (CFN, 2010; BRASIL, 2009). Onde ações nesse sentido são reforçadas pela Resolução CFN nº 465/2010 (Quadro 5, itens 3, 4, 8) (CFN, 2010).

Para Soares e colaboradores (2015) a ausência de mapeamento da produção local de alimentos da AF, anterior à elaboração do cardápio, pode implicar negativamente na inclusão de tais alimentos nos cardápios escolares. Ainda, o planejamento de cardápios elaborados em consonância com a sazonalidade de oferta e com a participação dos agricultores pode contribuir para o planejamento da produção, com benefícios a todos os envolvidos (SOARES et al., 2015).

Cabe ao nutricionista a realização de ações que busquem promover na comunidade escolar aspectos como consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição. Dentre essas ações, a aproximação das crianças com os

agricultores familiares e o com os produtos fornecidos pelos mesmos pode ser considerada importante para aceitabilidade das preparações (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

No entanto, o estudo realizado por Melo e colaboradores (2012), sobre perfil do nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar na região Nordeste do Brasil, verificou que dentre as principais atividades realizadas pelo nutricionista no PNAE constavam: a programação e elaboração de cardápios; participação do processo de aquisição de gêneros alimentícios; supervisão da produção e fornecimento das refeições e ainda a capacitação das merendeiras. Atividades como acompanhamento da situação nutricional dos escolares e o desenvolvimento de atividades educativas com escolares, professores e familiares não foram efetivadas ou foram efetivadas ocasionalmente.

De acordo com o CFN (2010) as atividades educativas devem propor ações de educação alimentar e nutricional não somente para os alunos, mas para toda a comunidade escolar (pais, professores e merendeiras). Ainda em articulação com a coordenação pedagógica deve-se promover a consciência ecológica e ambiental. Ainda no estudo realizado por Mello et al. (2012), com 434 nutricionistas RT do PNAE na região Nordeste, mostrou que apesar da educação alimentar e nutricional ser uma atividade obrigatória, somente 33,2% dos entrevistados referiram executar essa tarefa de forma regular.

Segundo Chaves e colaboradores (2013) o nutricionista enfrenta barreiras na execução das suas atribuições, pois muitas vezes são sobrecarregados por atividades burocráticas e administrativas. Consequentemente, necessitam de disponibilidade de materiais e de apoio de outros profissionais, para a execução de atividades complementares tais como a execução da avaliação nutricional, testes de aceitabilidade e atividades de educação alimentar e nutricional. Pois tais atividades são negligenciadas em detrimento da urgência do trabalho administrativo (MELLO et al, 2012).

Vieira (2013) ao estudar as ações educativas sobre alimentação orgânica desenvolvidas pelos nutricionistas RT em escolas municipais brasileiras, identificou que alunos, professores e merendeiras não estariam recebendo a capacitação e o estímulo necessário sobre a importância dos alimentos orgânicos, por exemplo, não apenas na alimentação escolar, mas também como atividade educativa nas escolas.

As atividades de obrigatoriedade do nutricionista, de acordo com o CFN podem ser visualizadas no Quadro 9. As atividades descritas propiciam observar, tanto o montante em relação a quantidade, bem como, a qualidade na formação e operacionalização dessas. Outros sim,

faz-se necessário uma formação profissional adequada e qualificada para essa área de atuação do nutricionista.

Quadro 9: Atividades obrigatórias do Nutricionista vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar que constam na Resolução nº 465 de 23 de Agosto de 2010 do CFN

1-Realizar o diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento com base nos resultados
2- Estimular e identificar indivíduos com necessidades nutricionais específicas para atendimento adequado no PAE
3- Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, tendo em conta a adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos, respeito aos hábitos alimentares e a cultura alimentar de cada localidade, a sua vocação agrícola, utilizando produtos da agricultura familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais
4- Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, com conteúdo de alimentação e nutrição
5- Elaborar fichas técnicas das preparações que compõe o cardápio
6-Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção e compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela quantidade, qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênico sanitária.
7- Planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela
8- Interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar
9- Participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios
10- Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos, equipamentos e utensílios da instituição
11- Elaborar e implantar o manual de boas práticas para Serviços de Alimentação de Fabricação e controle para UAN
12- Elaborar o Plano Anual de Trabalho do PAE, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições
13- Assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PAE

Elaborado pela autora, 2016

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório de abordagem qualitativa. A escolha da abordagem qualitativa se justifica por privilegiar a subjetividade das informações dos nutricionistas responsáveis pela Alimentação Escolar atuantes no programa de Alimentação Escolar nos municípios da região sul do Brasil, com base nas expectativas e experiência de trabalho na área. Estudos com essa abordagem podem descrever a complexidade do problema, analisar determinadas questões, compreender e classificar processos, possibilitando o aprofundamento do tema (RICHARDSON et al., 1999). Segundo Godoy (1995), nesta perspectiva um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada.

Por meio desta análise, buscou-se adquirir melhor compreensão da visão dos nutricionistas atuantes no PNAE sobre os benefícios e as dificuldades da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

O presente estudo é parte de um estudo multicêntrico na região sul do Brasil sobre a Qualidade da Alimentação Escolar a partir do fornecimento de alimentos da Agricultura Familiar, aprovado pelo edital Universal MCTI/CNPq 14/2012, processo número: 483184/2012-8.

3.2 DEFINIÇÃO DE TERMOS RELEVANTES DA PESQUISA

✓ Agricultura familiar: pratica de atividades no meio rural, em área menor do que quatro módulos fiscais; com uso de mão de obra predominantemente familiar nas atividades do seu estabelecimento, com renda, predominantemente de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento e que dirija seu estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

✓ Alimentação saudável: adequada as necessidades biológicas e sociais dos indivíduos [...], acessível, saborosa, variada, colorida, harmônica e segura. Deve ser baseada em práticas alimentares culturalmente referenciadas, considerando os aspectos

comportamentais e afetivos e valorizar o consumo de alimentos saudáveis regionais (BRASIL, 2007).

✓ Alimentação escolar: todo alimento oferecido no ambiente escolar durante o período letivo, independentemente de sua origem (BRASIL, 2009).

✓ Alimento orgânico: alimento in natura ou processado, obtido em sistema ³orgânico de produção (BRASIL, 2003).

✓ Conselho de Alimentação Escolar (CAE): “colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de dois anos. Com o objetivo de fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene” (BRASIL, 2009).

✓ Chamada Pública: para efeitos da compra de produtos pelo PNAE, a chamada pública consiste em um processo para formalização da compra da agricultura familiar com dispensa de licitação. Trata-se de Edital que tem como uma das finalidades viabilizar a compra institucional da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

✓ Empreendedor familiar rural: pratica atividades no meio rural, em área menor do que quatro módulos fiscais; com uso de mão de obra predominantemente familiar nas atividades do seu empreendimento, com renda, predominante de atividades vinculadas ao próprio empreendimento e que dirija seu empreendimento com sua família (BRASIL, 2006)

✓ Gêneros alimentícios básicos: são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável (BRASIL, 2009).

✓ Nutricionista: profissional de saúde, que, atendendo aos princípios da ciência da Nutrição, tem como função contribuir para a saúde dos indivíduos e da coletividade. (CFN, 2004).

✓ Programa Nacional de Alimentação Escolar: programa responsável pela oferta de refeições aos alunos do ensino fundamental e

³ Considera-se sistema orgânico de produção todo aquele que adota técnicas que visam a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos, a proteção do meio ambiente e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais; pelo emprego de métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção. (BRASIL, 2003).

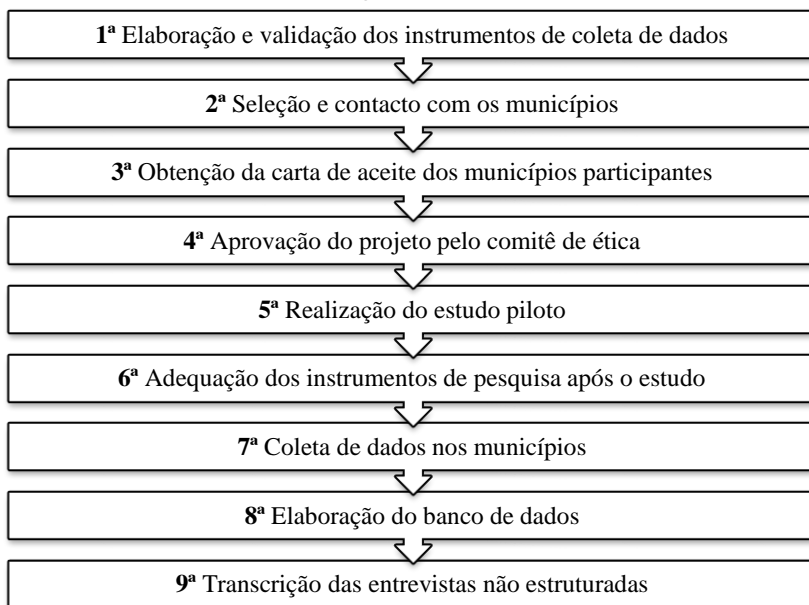
médio da rede pública de ensino e entidades filantrópicas (BRASIL, 2009).

✓ **Sustentabilidade:** conjunto de iniciativas com objetivo de garantir a continuidade, a manutenção e a durabilidade de processos, ações, projetos e políticas que resultem na melhoria da qualidade de vida a médio e longo prazo. Essas iniciativas envolvem aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (BRASIL, 2013)

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida utilizando dados de entrevistas que fazem parte do projeto “Qualidade da alimentação escolar a partir do fornecimento de alimentos da agricultura familiar: um estudo multicêntrico na região sul do Brasil” (CAVALLI et al., 2012-2016). A figura 2 apresenta as etapas já realizadas para obtenção desses dados.

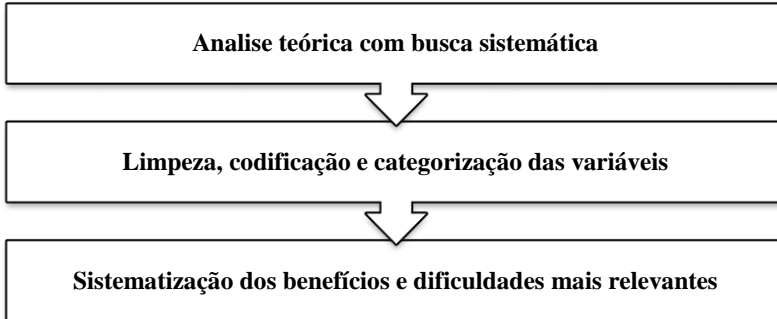
Figura 2: Etapas do estudo “Qualidade da alimentação escolar a partir do fornecimento de alimentos da agricultura familiar: um estudo multicêntrico na região sul do Brasil”



Fonte: Adaptado Cavalli et al., 2015

A figura 3 apresenta as etapas desenvolvidas nesse projeto.

Figura 3: Etapas do projeto de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2016

A análise teórica com busca sistemática fez parte da construção para efetivar a técnica de análise de conteúdo. Assim, após a identificação das respostas das questões sobre benefícios e as dificuldades da aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar, foram elencados os termos que serviram de base para a realização da análise.

3.4 DESCRIÇÃO DO LOCAL E POPULAÇÃO EM ESTUDO

Para este estudo foram selecionados 21 municípios da região sul do Brasil, pesquisados por Cavalli et al. (2012) sendo oito municípios no Estado do Paraná, seis em Santa Catarina e sete no Rio Grande do Sul. Para a seleção dos municípios foi realizada uma amostra intencional não probabilística. Foi selecionado um município de cada mesorregião dos estados, buscando representatividade regional além de contemplar regiões com distintas características geográficas, culturais e potencial agrônomo. Foram incluídos no estudo municípios que possuíssem entre 20 mil e 70 mil habitantes que tinham a presença de nutricionista como responsável técnico e que aceitassem participar da pesquisa.

A seleção do município representante de cada mesorregião foi realizada por sorteio. Foi realizado contato telefônico e nos casos em que os critérios de inclusão não foram confirmados, um novo sorteio foi realizado. Do total de mesorregiões existentes na Região Sul (n=23), duas

situadas no estado do Paraná não foram pesquisadas, uma vez que não foram localizados municípios que se enquadrassem aos critérios de inclusão.

A coleta de dados foi realizada entre março e novembro de 2015 durante visita de campo a todos os municípios. As entrevistas foram conduzidas por pesquisadores treinados por meio de questionário semi-estruturado.

O questionário era composto por questões abertas e fechadas, dividido em dois blocos. O primeiro era referente a caracterização do município participante; número de habitantes; número de unidades escolares; número de alunos atendidos; número de nutricionistas; tempo de atuação dos nutricionistas. O segundo bloco continha questões abertas sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. As questões abertas versavam sobre: a opinião quanto a presença ou ausência de benefícios da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar; os três principais benefícios; a presença ou ausência de dificuldades para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar; e as três principais dificuldades para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes e posteriormente transcritas em *verbatim* para análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Para garantir o anonimato dos participantes e local da pesquisa, os entrevistados foram identificados por meio da letra N (nutricionista), seguido do número referente ao município e do estado que representava, por exemplo, N1/SC; N2/SC, sendo Paraná (PR); Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

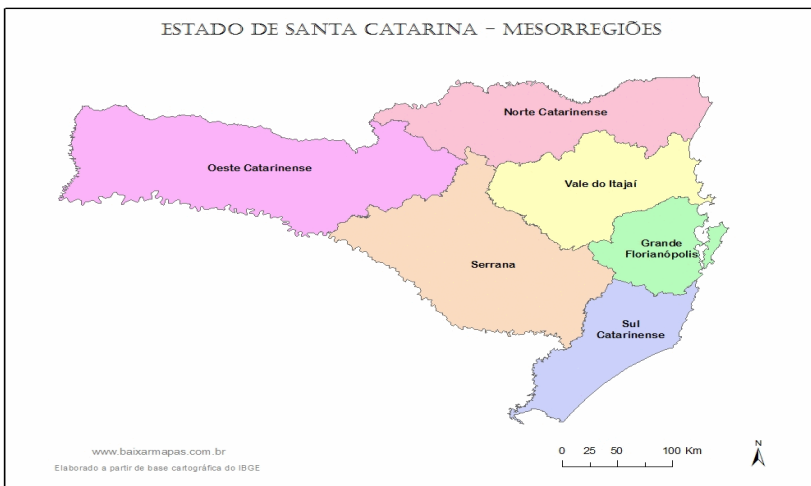
As figuras 4, 5, 6 representam as mesorregiões dos três estados da região sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul)

Figura 4: Mesorregiões do estado do Paraná



Fonte: Google Maps

Figura 5: Mesorregiões do estado de Santa Catarina



Fonte: Google Maps

Figura 6: Mesorregiões do estado do Rio Grande Do Sul



Fonte: Google Maps

3.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

No presente estudo, foi utilizado o banco de dados com as respostas dos questionários referentes as questões abertas sobre os três principais benefícios e as três principais dificuldades na compra da agricultura familiar para a alimentação escolar na visão de nutricionistas atuantes no programa. O questionário utilizado para a condução das entrevistas foi construído e validado, por Cavalli et al. (2012), para atender ao objetivo da pesquisa primária.

As entrevistas foram realizadas entre março e novembro de 2015, durante visita a campo em cada município. As entrevistas foram conduzidas por pesquisadores treinados com auxílio de *tablets* para gravação de áudio e registro escrito das respostas (*software* Epicollect).

Foram realizadas 21 entrevistas usando um questionário com 45 perguntas das quais 21 questões fechadas e 24 questões abertas, das quais serão analisadas duas questões:

1. *Quais os três principais benefícios da aquisição de alimentos da agricultura familiar?*
2. *Quais as três principais dificuldades para a aquisição de alimentos da agricultura familiar?*

Os dados foram analisados no período de agosto de 2016 a fevereiro de 2017.

3.6 MODELO DE ANÁLISE

Para Quivy e Campenhoudt (1992), o modelo de análise consiste no prolongamento natural da problemática, composta por conceitos e hipóteses articuladas entre si para formarem um quadro de análise coletivo, de maneira a conduzir o trabalho sistemático de coleta e análise de dados. Nesta etapa as questões consideradas importantes para orientar as observações e trabalho de campo são organizadas de forma operacional.

Os conceitos e hipóteses estão apresentados em um quadro que servirá para orientar e determinar a forma como o estudo foi analisado, definindo as dimensões que constituem o estudo, bem como os indicadores que medem as mesmas dimensões consideradas essenciais, sob o ponto de vista do pesquisador, para expressar a realidade (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992)

As variáveis e seus respectivos indicadores foram desenvolvidos considerando as características da pesquisa exploratória e descritiva, relacionadas com a pergunta de partida; visando atender os objetivos estabelecidos.

No quadro 10, são apresentadas as dimensões da variável, com suas respectivas definições e indicadores.

Quadro 10: Variável e indicadores relacionados a aquisição de alimentos da Agricultura familiar

Variável: Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar		
Dimensão	Definição	Indicadores
Aquisição da agricultura familiar	Compra de alimentos para o fornecimento da alimentação escolar, provenientes de sistemas agrícolas desenvolvidos em pequenas propriedades e tendo como força de trabalho a mão-de-obra familiar.	Benefícios da aquisição de alimentos da agricultura familiar
		Dificuldades para a aquisição de alimentos da agricultura familiar

Fonte: Elaborado pela autora

3.7 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

As respostas obtidas foram organizadas e analisadas, a fim de responder à pergunta de partida e os objetivos desta pesquisa.

Para a análise de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Por definição a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, relativas às condições de produção ou de recepção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 44).

A análise de conteúdo identifica a pluralidade temática presente em um conjunto de textos, e também pondera a frequência desses temas no conjunto. Isso permite uma comparação entre os elementos, a constituição de agrupamentos de elementos de significados mais próximos, possibilitando a formação de categorias mais gerais de conteúdo (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006). As categorias gerais resultantes do procedimento apontam linhas gerais de temas recorrentes nos dados analisados, incluindo identificação de elementos e sua avaliação. Por fim, chega-se a uma listagem de elementos significativos que, entretanto, indica ainda de forma pouco clara as ligações entre as categorias formadas por esses mesmos elementos (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006). A definição das categorias deu-se por modelo aberto, que ocorre quando as mesmas não são pré-definidas no início, mas tomam forma no curso da análise (SILVA et al., 2005).

Desta forma, as informações referentes às entrevistas foram inicialmente agrupadas e analisadas de modo que o pesquisador pudesse identificar os temas emergentes relacionados as dificuldades e os benefícios da aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar.

Para organização dos dados da Análise de Conteúdo, conforme BARDIN (2011) foi obedecida a seguinte ordem cronológica:

a) Pré-análise do conteúdo das entrevistas: leitura e organização do material coletado, considerando os critérios de exaustividade (o material selecionado deu abrangência a todos os elementos necessários); representatividade (na amostragem, selecionaram-se os documentos realmente representativos); homogeneidade (a escolha dos documentos foi baseada na mesma técnica) e pertinência (o material continha ou selecionava o problema). Estas etapas foram desenvolvidas pelos entrevistadores.

b) A exploração do material: a partir das informações do material obtido na primeira etapa, realizou-se a codificação dos dados, a partir de unidades de registro que correspondem ao segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base. As unidades de base foram as palavras ou frases e o tema. Neste processo, os elementos de conteúdo foram agrupados por parentesco de sentido e se organizarão sob as devidas categorias analíticas.

c) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: a partir das categorias obtidas, foram realizadas a inferência e a interpretação dos dados, voltando à literatura pertinente, para subsidiar o processo reflexivo. A frequência de ocorrência de cada unidade de registro em cada mesorregião da região Sul do Brasil, para analisar e comparar se os elementos de análise diferiam por nutricionistas ou por região, em cada categoria de análise (benefícios e dificuldades).

O quadro 11 descreve o passo a passo da etapa de exploração do material durante a análise de conteúdo.

Quadro 11: Passo a passo da exploração durante a análise de conteúdo

Etapas da exploração	Descrição
Codificação: transformação sistemática dos dados brutos do texto em unidades que permitem a descrição das características do conteúdo	Recorte: escolha das unidades do registro (palavra ou tema) Enumeração: escolha das categorias de contagem (presença ou ausência, frequência ponderada, ordem, direção, intensidade e concorrência) Classificação e Agregação: escolha das categorias
Categorização: investigação do que os elementos têm em comum uns com os outros, o que permite seu agrupamento de acordo a similaridade.	Inventário: isolar os elementos Classificação: repartir os elementos, impondo organização às mensagens.

Fonte: Bardin, 2011

3.8 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, via plataforma Brasil, e aprovado mediante parecer de número 1.002.956

(Anexo C). Primeiramente, os municípios pesquisados precisaram aceitar espontaneamente participar da pesquisa por meio da Declaração de Ciência assinada pelo Secretário da Educação (Anexo A).

No momento da entrevista, todos os entrevistados foram esclarecidos sobre os procedimentos a serem realizados e demais informações necessárias, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a utilização das entrevistas para a pesquisa e publicação, preservando seu anonimato (Anexo B).

4 RESULTADOS

Os resultados e a discussão desta pesquisa estão apresentados no formato de um artigo original. No entanto, o manuscrito encontra-se sem restrições de palavras, figuras ou tabelas, porem após contribuições da banca, será configurado conforme exigências editoriais de submissão a qual será feita, provavelmente, a periódico científico (Estrato Qualis: B2).

Atuação do nutricionista na alimentação escolar: benefícios e dificuldades para a aquisição de alimentos da agricultura familiar

Resumo

Objetivo: Analisar os benefícios e as dificuldades da compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios da Região Sul do Brasil, na visão dos nutricionistas gestores do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Métodos: Estudo descritivo e exploratório de abordagem qualitativa realizado em 21 municípios da região sul do Brasil. Foi realizada entrevista aberta com o nutricionista responsável pela alimentação escolar de cada município. As entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e análise de conteúdo.

Resultados: Foram estudados 21 municípios que tinham em média 34.132 mil habitantes. Todas as entrevistadas eram do sexo feminino e o tempo médio de atuação na alimentação escolar foi de 8 anos. Os cardápios eram elaborados pelas nutricionistas responsáveis técnicas do Programa. Foram identificadas duas categorias que descrevem as opiniões das nutricionistas sobre os benefícios da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar: 1- melhoria na qualidade da alimentação escolar; e 2- impactos econômicos e sociais. Foram identificadas também duas categorias relacionadas as dificuldades da compra da agricultura familiar: 1- disponibilidade dos produtos; e 2- organização dos agricultores.

Conclusões: Observou-se melhoria na qualidade da alimentação escolar bem como impactos econômicos e sociais como principais benefícios da compra. No tocante as dificuldades foram relatadas a disponibilidade dos produtos e organização dos agricultores como as principais dificuldades.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Agricultura familiar. Nutricionista. Análise de conteúdo.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determinou como obrigatória a presença do profissional nutricionista como responsável técnico pelo programa a partir do ano de 2006 (Resolução 32 de 2006) (BRASIL, 2006). Destacam-se entre as suas competências o planejamento, a elaboração, o acompanhamento e avaliação do cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais, respeitando os hábitos alimentares e a cultura alimentar de cada localidade. A partir de 2009 o nutricionista precisou se aproximar do setor agrícola familiar e suas organizações, diante da obrigatoriedade de compra de produtos desse setor produtivo, de forma a conhecer a produção local e assim inserir esses produtos nos cardápios escolares (BRASIL, 2009; CHAVES et al., 2013). Dessa forma, o nutricionista deve, em suas atribuições, respeitar a vocação agrícola local e utilizar os produtos da agricultura familiar, priorizando alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009).

Vários benefícios são apontados na aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, tais como o aumento da frequência de frutas e verduras no cardápio, inclusão de novos alimentos (TRICHES; SCHINEIDER, 2010; MOTTER; TEO, 2012), maior frequência de alimentos frescos (SOARES et al, 2015; TRICHES; SCHINEIDER, 2010; SARAIVA et al., 2013). No entanto, estudos demonstram que várias são as dificuldades da compra da agricultura familiar, como: a burocracia dos processos licitatórios (SOARES et al., 2015), falta de interesse por parte dos agricultores (SARAIVA et al., 2013), falta de organização dos agricultores em cooperativas ou associações bem como a falta de inspeção sanitária para certificação dos produtos (MOTTER; TEO, 2012) e ainda a falta de planejamento quanto ao tipo e quantidades de alimentos a serem produzidos (AGAPTO et al., 2012).

Contudo, não foram encontrados estudos que avaliassem o que nutricionistas da alimentação escolar identificam como benefícios e dificuldades da compra da agricultura familiar. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi analisar quais os benefícios e as dificuldades da compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios da Região Sul do Brasil na visão dos nutricionistas.

Método

Trata-se de um estudo qualitativo realizado em 21 municípios da região sul do Brasil. Para a seleção dos municípios foi realizada uma

amostra intencional não probabilística. Foi selecionado um município de cada mesorregião dos estados, buscando representatividade regional além de contemplar regiões com distintas características geográficas, culturais e potencial agrônômico. Foram incluídos no estudo municípios entre 20 mil e 70 mil habitantes que tinham a presença de nutricionista como responsável técnico e que aceitassem participar da pesquisa.

A seleção do município representante de cada mesorregião foi realizada por sorteio. Foi realizado contato telefônico e nos casos em que os critérios de inclusão não foram confirmados, um novo sorteio foi realizado. Do total de mesorregiões existentes na Região Sul (n=23), duas situadas no estado do Paraná não foram pesquisadas, uma vez que não foram localizados municípios que se enquadraram nos critérios de inclusão. A coleta de dados foi realizada entre março e novembro de 2015 *in loco* a todos os municípios. As entrevistas foram conduzidas por pesquisadores treinados por meio de questionário semi-estruturado.

O questionário era composto por questões abertas e fechadas, dividido em dois blocos. O primeiro era referente a caracterização do município participante; número de habitantes; número de unidades escolares; número de alunos atendidos; número de nutricionistas; tempo de atuação dos nutricionistas. O segundo bloco continha questões abertas sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. As questões abertas versavam sobre: a opinião quanto a presença ou ausência de benefícios da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar; os três principais benefícios; a presença ou ausência de dificuldades para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar; e as três principais dificuldades para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes e posteriormente transcritas em *verbatim* para análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Após repetidas leituras para familiarização com o conteúdo, os fragmentos de texto (palavras ou frases) com o mesmo significado foram codificados, e as categorias foram estabelecidas pelo agrupamento de códigos. De forma a garantir a confiabilidade dos dados, a codificação e a categorização foram realizadas por dois pesquisadores distintos, seguido por uma discussão para obtenção de um consenso. Por fim, os dados foram analisados buscando-se discutir as questões investigadas. A constituição das categorias deu-se por modelo aberto, que ocorre quando as mesmas não são pré-definidas no início, mas tomam forma no curso da análise (SILVA et al., 2005). Para garantir o anonimato dos participantes e local da pesquisa, os entrevistados foram identificados por meio da letra N (nutricionista), seguido do número

referente ao município e do estado que representava, por exemplo, N1/SC; N2/SC, sendo Paraná (PR); Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

Esse estudo faz parte de um projeto de pesquisa (Edital Universal MCTI/CNPq nº 14/2012; Processo 483184/2012-8) aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (parecer nº 1.002.956). As nutricionistas entrevistadas consentiram sua participação na pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS

Os 21 municípios estudados tinham em média 34.132 mil habitantes (IBGE, 2015), 22 unidades escolares e serviam refeições em média para 3.626 alunos diariamente. Todas as entrevistadas eram do sexo feminino e o tempo médio de atuação na alimentação escolar foi de 8 anos (variação de 0,5 a 30 anos). Em todos os casos os cardápios eram elaborados pelas nutricionistas responsáveis técnicas do Programa.

Foram identificadas duas categorias que descrevem as opiniões das nutricionistas sobre os benefícios da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar: melhoria na qualidade da alimentação escolar; e impactos econômicos e sociais. Foram identificadas também duas categorias relacionadas as dificuldades da compra da agricultura familiar: disponibilidade dos produtos; e organização dos agricultores (Quadro 1).

Quadro 1: Categorias e códigos relacionados aos benefícios e dificuldades da compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Categorias	Benefícios		Dificuldades	
	Melhoria na qualidade da alimentação escolar	Impactos econômicos e sociais	Disponibilidade de produtos	Organização dos agricultores
Códigos	Oferta de alimentos mais frescos	Incentivo e valorização dos agricultores	Pouca variedade de alimentos	Motivação dos agricultores

Oferta de alimentos com menos agrotóxicos	Diminuição dos custos	Quantidade de alimentos disponíveis	Infraestrutura para produção, processamento e distribuição
Oferta de alimentos regionais (sazonais)	Comprometimento com a produção de alimentos	Sazonalidade e periodicidade de produção	Incentivo da prefeitura
Aumento na variedade de alimentos e na frequência de oferta de frutas e verduras	Maior interação entre os envolvidos		Burocracia do processo
Melhor qualidade nutricional	Educação Alimentar e Nutricional dos alunos		Integração dos agricultores

Melhoria na qualidade da alimentação escolar

Na opinião das nutricionistas, a aquisição de alimentos da agricultura familiar local teve um efeito benéfico sobre a oferta de alimentos das escolas municipais, uma vez que incorporaram alimentos frescos, locais e com menos agrotóxicos:

“Por ser um alimento mais fresco, ele é colhido praticamente no dia que é entregue”. (N1/RS)

“como a produção é aqui, eu consigo tá comprando aquilo que eu vejo que é nosso hábito aqui da região. O produto da época” (N4/SC)

“Apesar deles não terem certificação, eles nos informaram, a maioria, que não utilizam agrotóxico ou utilizam muito pouco.”(N6/SC)

O aumento na variedade de alimentos e na frequência de oferta de frutas e verduras, e em consequência a melhoria da qualidade nutricional das refeições foi relatado pelas nutricionistas:

“Eu acho que a maior diversidade, vamos dizer assim, de produtos na alimentação escolar... que acabou tendo com essa oferta dos produtos deles, né. Maior diversidade...maior qualidade”
(N4/RS)

“Agregou, é, qualidade nutricional, né. Porque hoje a gente tem uma maior variabilidade de alimentos. Hoje a gente tem a questão de melhorar a qualidade nutricional. Melhorar a variedade, né.”
(N2/PR)

Impactos econômicos e sociais

Os nutricionistas também relataram impactos econômicos e sociais da compra de alimentos da agricultura familiar. Os impactos econômicos referem-se ao incentivo e valorização da produção de alimentos, bem como a redução dos custos para a alimentação escolar:

“...pela questão de valorização realmente do produtor, né” (N2/RS)

“E a concorrência, né, que acabou baixando um pouco o preço dos produtos”(N6/SC)

Os benefícios sociais observados estão relacionados com o comprometimento dos agricultores na produção de alimentos para o consumo dos escolares, da mesma forma, a integração dos agricultores é vista como benéfica por estar relacionada a esse compromisso:

“O produtor também se preocupa mais com a questão social, da alimentação escolar. Isso é legal. Ele se preocupa um pouco com a qualidade, não só pra vender. Mas também pelas crianças”
(N8/PR)

“a interação assim, principalmente em escolas rurais, dos alunos com a comida, porque tem alguns filhos e agricultores que estudam na escola. Então assim ‘ai, essa vem do meu pai’.” (N5/PR)

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) dos escolares foi identificada como um objetivo da integração da produção e consumo proporcionado pela aquisição de alimentos dos agricultores:

“aproximar o produtor do aluno. Toda aquela questão de produção de alimento. A criança precisa conhecer. O alimento como alimento, conhecendo uma bolacha caseira, não só um biscoito industrializado. Pra ele saber o leite...coisas assim (...) que vem de algum lugar, não é simplesmente uma indústria” (N8/PR)

Disponibilidade de produtos

Entre as dificuldades relatadas pelos nutricionistas, a disponibilidade de produtos emergiu, representada pela pouca variedade e quantidade de produtos:

“A gente tem que se adaptar à produção deles e há anos que são os mesmos produtos”. (N3/PR)

“se a gente fosse considerar a quantidade de alimentos que a gente precisaria usar pra todo ano, pra atender a demanda da alimentação escolar, a produção ainda é insuficiente” (N2/RS)

Já a sazonalidade de produção é vista como uma dificuldade para a inserção de alimentos considerados essenciais no cardápio:

“a sazonalidade, não que ela atrapalhe... mas dentro da agricultura familiar, por exemplo, banana. Banana da licitação eu consigo comprar o ano inteiro, né. Então essa parte assim... não que dificulte, mas limita um pouco a elaboração assim.” (N5/PR)

“Por exemplo a questão da cebola, da batata inglesa, que são alimentos básicos que a gente precisa e a gente não encontra fornecedor” (N1/RS)

Organização dos agricultores

Dificuldades relacionadas à motivação dos agricultores e a infraestrutura foram relatadas pelos nutricionistas:

“É essa questão deles não serem tão profissionalizados. E eles não vêem essa necessidade, sabe.” (N2/PR)

“Tipo, eles não tem carro, não tem recursos humanos, essas coisas assim” (N6/PR)

Por outro lado, os nutricionistas entrevistados reconhecem que o processo é burocrático, e o incentivo e a integração da prefeitura com os agricultores é falho:

“É, porque em um contrato, tem projeto de venda, é um monte de coisas que eles não tem conhecimento pra fazer” (N6/SC)

“Eles dizem que falta um pouco de... não seria incentivo, mas de repente auxílio da secretaria da agricultura em como manter a produção, sabe? (N5/RS)

“Esse processo até eles, até a gente descobrir o agricultor e o que ele fornece é um caminho bem longo” (N6/SC)

Discussão

Este estudo explorou os benefícios e as dificuldades da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar na região sul do Brasil. Destaca-se que o estudo investigou *in loco*, em entrevistas a opinião dos nutricionistas gestores da alimentação escolar dos 21 municípios estudados.

Historicamente o programa de alimentação escolar brasileiro criado na década de 50, apesar de alguns avanços como a descentralização em 1994 (BRASIL, 1994), é caracterizado pelo incentivo a indústria de alimentos e consequente oferta de grandes quantidades de alimentos industrializados. A partir de 2009, com a obrigatoriedade de compra de alimentos da agricultura familiar, o programa passa a priorizar não somente o fortalecimento do campo e da compra local, como a considerar essa compra uma importante via para oferta de refeições de qualidade, auxiliando na permanência do aluno na escola (BRASIL, 2009).

Nesse estudo ficou evidente a melhoria da qualidade da alimentação ofertada a partir da compra de alimentos da agricultura

familiar, de acordo com os nutricionistas entrevistados. Em contraposição à padronização da alimentação em virtude do crescente consumo de alimentos industrializados (POPKIN, 2006), foram referidos benefícios como: aumento na variedade e diversidade dos alimentos e das refeições ofertadas, bem como a aquisição de alimentos mais frescos, sazonais, sem ou com menos agrotóxicos e oferta de refeições nutricionalmente adequadas devido ao aumento da variedade e frequência na oferta de frutas, legumes e verduras. Outros estudos já apontaram resultados semelhantes em relação ao aumento na frequência de frutas, legumes e verduras no cardápio e o recebimento de produtos frescos após a aquisição de alimentos da agricultura familiar (SOARES et al., 2015; TRICHES; SCHNEIDER, 2010; MOTTER; TEO, 2012; AGAPTO et al., 2012; SARAIVA et al., 2013), bem como maior variabilidade e qualidade dos produtos (SOARES et al., 2015; TRICHES; SCHNEIDER, 2010; AGAPTO et al., 2012; RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013).

Nesse sentido, autores referem que a inclusão de vegetais e frutas frescos na alimentação escolar tem favorecido o maior consumo dos mesmos pelos escolares, inclusive pela maior aceitação da refeição ofertada após a aquisição de alimentos de agricultores familiares (TRICHES; SCNEIDER, 2010; SARAIVA et al., 2013), contribuindo também para a melhoria da qualidade de vida das crianças atendidas pelo PNAE (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013).

Além dos benefícios para a alimentação escolar, esse estudo identificou que a aproximação entre a produção e o consumo por meio da compra da agricultura pelo PNAE consiste em um benefício econômico e social para os setores envolvidos. A literatura também aponta a reconexão entre a produção e o consumo como um fator para a melhor aceitação e maior consumo de alimentos no âmbito escolar (TRICHES; SCHNEIDER, 2010; RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013; SARAIVA et al., 2013). Esse benefício esteve relacionado a um comprometimento do agricultor com a produção dos alimentos e a educação alimentar dos escolares a partir da inclusão de diferentes alimentos e da aproximação com a origem dos produtos. A inclusão de novos alimentos nos cardápios e a promoção de educação alimentar e nutricional no espaço escolar a partir da compra da agricultura familiar também foi referida em outros estudos (TRICHES; SCHNEIDER, 2010; MOTTER; TEO, 2012; AROUCHA; 2012). No entanto Corrêa et al. (2017) defende o fato de os nutricionistas alcançaram resultados satisfatórios no tocante a educação alimentar no espaço escolar mediante palestras como forma de fomentar a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Dentre as dificuldades as nutricionistas destacaram aspectos organizacionais relacionados à compra da agricultura familiar, dentre esses: processos burocráticos, motivação dos agricultores e infraestrutura da comercialização. A burocracia dos processos de compra dos agricultores familiares já foi descrita em outros estudos. Saraiva e colaboradores (2013) ao referirem-se a burocracia, citou a demora da Prefeitura em elaborar a chamada pública, pois no processo de espera os agricultores destinavam os gêneros alimentícios para o PAA. Aroucha (2012) ao debater a burocracia, realçou o fato dos atrasos no pagamento estar relacionado a fatores como o preenchimento incorreto da Nota Fiscal Eletrônica, e a demora dos repasses dos recursos pelo FNDE. No tocante a infraestrutura para a comercialização Aroucha (2012) apontou as estruturas insuficientes, inadequadas e sem equipamentos apropriados para receber, armazenar e acondicionar os gêneros alimentícios, principalmente os produtos que necessitam de condições para refrigeração como ponto principal que dificultava o processo de compra dos AF. Autores citam a necessidade de transpor problemas relacionados à assessoria técnica para agricultores; dificuldades com infraestrutura de logística e armazenamento; diagnóstico e interação com a realidade agrícola local/regional; bem como a necessidade de criação de espaços ou fóruns participativos de debate e planejamento, envolvendo agricultores, gestores e escolas (SARAIVA et al., 2013).

Nesse sentido, os nutricionistas entrevistados nesse estudo referiram que um maior apoio da prefeitura poderia auxiliar na superação de determinadas dificuldades, a exemplo da assistência técnica para ampliar a variedade da produção da agricultura familiar. A necessidade de assistência técnica para produção em larga escala também foi referida por Toyoyoshi et al. (2013); Ribeiro; Ceratti; Broch (2013) e Hespanhol (2013). No entanto, em estudo conduzido por Saraiva (2013) problemas na gestão da compra da agricultura familiar pelo PNAE (a demora para elaboração da chamada pública) estava dificultando a organização dos agricultores.

Outras dificuldades referidas pelas nutricionistas desse estudo foram relacionadas à disponibilidade de produtos dos agricultores, como a pouca variedade e quantidade. Ainda para além dos achados desse estudo que já haviam sido identificados na literatura, os nutricionistas entrevistados referiram à sazonalidade como uma dificuldade da compra da agricultura familiar. Apesar de as nutricionistas destacarem a maior diversidade de alimentos entregues pelos agricultores como um benefício, o que incidiu na melhoria do cardápio, a sazonalidade da produção ainda apareceu como uma barreira, visto que alguns alimentos são considerados

básicos e a sua inserção no cardápio parece ser obrigatória. Isso pode ocorrer pelas distâncias entre produção e consumo que parecem determinar as relações do PNAE, visto que a dificuldade em chegar aos agricultores e o mapear o que eles produzem também foi destacado.

Questiona-se a necessidade da inclusão contínua de determinados alimentos, a exemplo do maçã, mesmo que não esteja em sua época de produção, ao invés de priorizar frutas locais e sazonais. Dessa forma, espera-se que não seja dada prioridade à inclusão de determinados alimentos provenientes de licitação em detrimento a outros, de produção familiar local e da sociobiodiversidade. Esses aspectos poderiam levar ao comprometimento da diversidade da alimentação e da educação alimentar e nutricional, percebida como benefício da compra da agricultura familiar pelas nutricionistas entrevistadas. É importante o reconhecimento em relação à dificuldade de manter uma escala de produção de determinadas frutas e hortaliças em pequenas propriedades rurais (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013), além dos problemas climáticos que podem comprometer a manutenção da regularidade de oferta dos produtos (SOARES et al., 2015, MOTTER; TEO, 2012). Nesse sentido, destaca-se a importância do mapeamento prévio da produção, do levantamento da demanda e da articulação entre o setor agrícola familiar e os gestores da alimentação escolar, a fim de facilitar a adequação entre a oferta e a demanda de produtos (SARAIVA et al., 2013; SOARES et al, 2017; SOARES, 2015).

CONCLUSÕES

O estudo analisou as opiniões das nutricionistas sobre os benefícios e as dificuldades da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. Segundo as nutricionistas, observou-se melhoria na qualidade da alimentação escolar bem como impactos econômicos e sociais como principais benefícios da compra destes alimentos. No tocante as dificuldades foram relatadas a disponibilidade dos produtos e organização dos agricultores. Desta forma, sugere-se que os resultados deste estudo sirvam de subsídios para a identificação de lacunas que podem ser preenchidas na busca de uma maior efetividade do processo de compra de alimentos por parte dos nutricionistas da alimentação escolar.

Acrescenta-se como limitações, a falta de informação e análise das regiões não pesquisadas, as quais poderiam fornecer subsídios sobre as diferentes situações vivenciadas. Sugere-se a realização deste estudo em outros estados brasileiros ou em municípios mais complexos, de forma a analisar outras realidades, tendo em vista a necessidade e as vantagens da ampliação da compra e consumo de alimentos da agricultura

familiar para a alimentação escolar, e também para avaliar a aplicação e a efetividade da legislação do PNAE.

REFERENCIAS

AGAPTO, João Paulo et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos, (PAA) Em Campina do Monte Alegre, Estado De São Paulo, A Partir Da Percepção Dos Agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.13-21, abr. 2012.

AROUCHA, Edvalda Pereira Torres Lins. **Agricultura Familiar na Alimentação Escolar: estudo de oportunidades e de desafios**. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Departamento de Educação Campus Viii, Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso-Bahia, 2012.

BARDIN, Laurence. **ANALISE DE CONTEUDO**. São Paulo: Edições 70, 2011. 123 p.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe Sobre O Atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola Aos Alunos da Educação Básica; Altera As Leis nos 10.880, de 9 de Junho de 2004, 11.273, de 6 de Fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de Julho de 2007; Revoga Dispositivos da Medida Provisória Nº 2.178-36, de 24 de Agosto de 2001, e A Lei Nº 8.913, de 12 de Julho de 1994; e Dá Outras Providências**. BRASÍLIA.

BRASIL. Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009. **Dispõe Sobre O Atendimento da Alimentação Escolar Aos Alunos da Educação Básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae**. BRASÍLIA, Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CORRÊA, Rafaela da Silveira et al. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.563-574, fev. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017222.09622016>.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Constituição (2010). Resolução nº 465, de 23 de agosto de 2010. **Dispõe Sobre As**

Atribuições do Nutricionista, Estabelece Parâmetros Numéricos Mínimos de Referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá Outras Providências. BRASILIA.

FABRI, Rafaela Karen. **Uso de alimentos regionais da agricultura familiar na alimentação escolar: um estudo de caso em Santa Catarina.** 2012. 291 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRASIL. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. **Dispõe Sobre o Atendimento da Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.** Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BRASIL. Resolução/cd/fnde nº 4, de 2 de abril de 2015. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar Para A Alimentação Escolar.** 2. ed. BRASILIA, Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 22 jun. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução nº 380, de 28 de dezembro de 2005. **Dispõe Sobre a Definição das Áreas de Atuação do Nutricionista e suas Atribuições, Estabelece Parâmetros Numéricos de Referência, Por área de Atuação, e dá Outras Providências..** BRASILIA, Disponível em: <<http://www.cfn.org.br>>. Acesso em: 7 abr. 2016.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidades de Políticas de Segurança Alimentar para A Agricultura Familiar. **Soc. & Nat**, Uberlândia, v. 3, n. 25, p.469-483, dez. 2013.

MOTTER, Adriana Filimberti; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Agricultura Familiar: Desafios e Dificuldades na Aproximação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: **Convibra Saúde – Congresso Virtual Brasileiro de Educação, Gestão e Promoção da Saúde**, 1. 2012, Brasília. **Convibra Saúde.** Brasília: Universidade de Brasília, 2012. p. 1 - 12.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor

nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 4, n. 18, p.909-916, 10 jan. 2013.

QUIVY, Raymond; CANPENHOUDT, Luc Van. **MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**. Lisboa: Gradiva, 1992. 224 p.

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula; CERATTI, Silene; BROCH, Djúlia Taís. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto- Gedecon**, Rio Grande do Sul, v. 01, n. 1, p.36-49, jun. 2013.

TOYOYOSHI, Juliana Yumiet al. Avaliação da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 3, n. 37, p.329-335, ago. 2013.

SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 4, n. 18, p.927-936, nov. 2013.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p.70-81, out. 2005.

SOARES, Panmela et al. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. **Ciênc. Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 20, n. 6, p.1891-1900, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152006.16972014>.

SOUSA, Anete Araújo de et al. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, [s.l.], v. 28, n. 2, p.217-229, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1415-52732015000200010>.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Reconstruindo O “Elo Perdido”: A Reconexão da Produção e do Consumo De Alimentos

Através Do Programa De Alimentação Escolar no Município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 1, n. 17, p.1-15, jan. 2010.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo

Esta dissertação buscou demonstrar as opiniões de nutricionistas de municípios da região sul do Brasil, no tocante aos benefícios e as dificuldades na compra de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar. O nutricionista deve entre as suas atribuições respeitar a vocação agrícola local e utilizar os produtos da agricultura familiar.

A literatura aponta vários benefícios da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, tais como o aumento da frequência de frutas e verduras no cardápio, inclusão de novos alimentos, maior frequência de alimentos frescos, entre outras. No entanto, estudos demonstram que várias são as dificuldades da compra da agricultura familiar, como: a burocracia dos processos licitatórios, falta de organização dos agricultores em cooperativas ou associações bem como a falta de inspeção sanitária para certificação dos produtos e ainda a falta de planejamento quanto ao tipo e quantidades de alimentos a serem produzidos.

Contudo, considerando a pertinência do tema e a originalidade da pesquisa, este estudo traz informações que refletem a escassez de discussão sobre a visão de nutricionistas sobre a compra de alimentos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar

Assim, a pergunta de partida que deu origem a essa pesquisa e norteou a condução do referencial teórico e metodológico, permitindo análise da problemática foi a seguinte: **Quais os benefícios e as dificuldades da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar na visão de nutricionistas gestores de municípios da Região Sul do país?** Diante desta questão a revisão bibliográfica possibilitou um maior entendimento do processo de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar desde as exigências regulatórias do programa, as atividades do nutricionista dentro do mesmo programa.

A abordagem qualitativa por meio da análise de conteúdo permitiu agrupar em categorias os benefícios bem como as dificuldades na opinião dos nutricionistas. Como principais resultados foram identificadas duas categorias que descrevem as opiniões das nutricionistas sobre os benefícios da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar: a) melhoria na qualidade da alimentação escolar; b) impactos econômicos e sociais. Foram identificadas também duas categorias relacionadas às

dificuldades da compra da agricultura familiar: a) disponibilidade dos produtos; b) organização dos agricultores.

Do ponto de vista científico, esse trabalho fomenta a discussão sobre a opinião do nutricionista atuante na alimentação escolar, as dificuldades e os benefícios que ele enfrenta no processo de aquisição de alimentos da agricultura. A partir dessa concepção, os resultados desse estudo trazem avanços científicos para a comunidade acadêmica, colocando-se como fonte de referência para futuros estudos na temática.

Conclusões do curso

Durante a formação do mestrado, tive a oportunidade de conhecer e refletir sobre diferentes pontos de vista científicos diretamente relacionados a nutrição. A experiência do mestrado foi importante e rica, trazendo maior força para as premissas iniciais do Governo Angolano ao enviar estudantes Angolanos para o Brasil para por meio do intercâmbio formar quadros (Mestres) na área de Nutrição, além de maior segurança e certeza sobre os caminhos percorridos e conclusões aqui alcançadas. Além disso, no decorrer do período de formação de mestrado, além da busca pelo conhecimento científico, houve espaço para envolvimento cultural com Brasil.

Ainda, com relação ao período de formação, acredito que do ponto de vista pessoal, foram alcançados os objetivos de formação preconizados em um Mestrado. O tema proposto, inicialmente, se constituiu em um grande desafio. Mas, apesar da insegurança relacionada ao desconhecimento da área em que iria trabalhar da mudança de curso (da enfermagem para a nutrição) tomei como um desafio a enfrentar e um objetivo a alcançar que com esforço, dedicação e apoio de pessoas especiais, culminaram em uma paixão pelo tema e pela nutrição.

Destaca-se que diversos fatores auxiliaram na motivação profissional e contribuíram para a realização deste estudo, dentre os quais estão: As disciplinas de Métodos de Pesquisa em Nutrição e Métodos de Pesquisa da Nutrição em Produção de refeições que nortearam o percurso metodológico do desenvolvimento desta pesquisa. A disciplina de Oficina de Elaboração de Artigos Científicos foi muito importante por trazer a prática de avaliação de manuscritos, reflexões sobre publicações e por ter auxiliado na melhoria da redação científica. A disciplina de Métodos de Estudos Dietéticos trouxe um aprendizado dos diferentes métodos e técnicas de avaliação do consumo alimentar. Os Seminários de Pesquisa metodológica que foram a base para estruturação lógica do

referencial teórico e metodológico desta dissertação. A participação no Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições (NUPPRE), composto por excelentes pesquisadores, auxiliou a mudança de postura nas apresentações por meio da intensa troca de conhecimentos.

O estágio de docência no Restaurante universitário da UFSC que é uma referência na área restauração e alimentação não só pela organização ou pelo número de alunos atendidos, mas também pela quantidade e qualidade das refeições oferecidas diariamente, que para mim é uma das maiores referências no Brasil e no mundo.

Em suma, os resultados dessa formação trazem avanços para a vida pessoal, profissional e não só, mas também para o surgimento e desenvolvimento da área de nutrição em Angola especialmente na cidade do Huambo por fazer de mim uma das pioneiras na área. A partir de agora já está em carteira à criação do curso de nutrição e também propostas para subsidiar o Governo Provincial do Huambo na elaboração e melhoria do fornecimento de lanches do Programa de Merenda Escolar.

Assim, avalia-se a experiência, incluindo todas as atividades realizadas, o contacto com outra cultura e a vivência pessoal, como desafiadora, realizadora e como parte indispensável para o amadurecimento tanto profissional quanto pessoal.

Hoje, é com grande segurança e prazer que finalizo esta dissertação.

Mónica Domingos Tuliende

REFERÊNCIAS

AGAPTO, João Paulo et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos, (PAA) Em Campina do Monte Alegre, Estado De São Paulo, A Partir Da Percepção Dos Agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.13-21, abr. 2012.

ANGOLA. Governo Provincial do Uíge. Direção Municipal da Educação do Uíge. **Relatório de atividades do 1º trimestre de 2016**: Merenda Escolar. Uíge: Administração Municipal do Uíge, 2016.

AROUCHA, Edvalda Pereira Torres Lins. **Agricultura Familiar na Alimentação Escolar: estudo de oportunidades e de desafios**. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Departamento de Educação Campus Viii, Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso-Bahia, 2012.

BARDIN, Laurence. **ANALISE DE CONTEUDO**. São Paulo: Edições 70, 2011. 123 p.

BELIK, W. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.& GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 93-115.

BELIK, Walter. Agricultura familiar, políticas públicas e os novos mercados. In: TEO, Carla Rosane Paz Arruda; TRICHES, Rozane Marcia. **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó: Argos, 2016. p. 65-88.

BOOG, Maria Cristina Faber. Contribuições da Educação Nutricional à Construção da Segurança Alimentar. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p.17-23, jul. 2004.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S..Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p.211-250, abr. 2009.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. **Institui A Campanha de Merenda Escolar.** Rio de Janeiro, Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL. Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956. **Dá Nova Redação Aos Arts. 1º, 2º e 4º do Decreto Nº 37.106, de 31 de Março de 1955.** Rio de Janeiro, Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 1

BRASIL. Decreto nº 56.886, de 20 de setembro de 1965. **Modifica Denominação de Instituição do Departamento Nacional de Educação.** Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 18 mar. 2016

BRASIL. Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994. **Dispõe Sobre A Descentralização de Merenda Escolar.** BRASÍLIA, Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 17 mar. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998. **MEDIDA PROVISÓRIA. Dispõe Sobre O Repasse de Recursos Financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Institui O Programa Dinheiro Direto na Escola, e Dá Outras Providências.** BRASÍLIA, Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/fndelegis>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 10831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe Sobre A Agricultura Orgânica e Dá Outras Providências.** BRASÍLIA, Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 2 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 380, de 28 de dezembro de 2005. Conselho Federal de Nutricionistas. **Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por área de atuação e dá outras providências.** BRASÍLIA, Disponível em: <www.cfn.org.br/novosite/pdf/pesquisa.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 11346, de 15 de setembro de 2006. **Cria O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan Com Vistas em Assegurar O Direito Humano à Alimentação Adequada e Dá Outras Providências.** BRASÍLIA.

BRASIL. Ministério da saúde Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar Para A População Brasileira: Promovendo a Alimentação Saudável**. 1. ed. BRASILIA.

BRASIL. Ministério da saúde Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar Para A População Brasileira**. 1. ed. BRASILIA.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe Sobre O Atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola Aos Alunos da Educação Básica; Altera As Leis nos 10.880, de 9 de Junho de 2004, 11.273, de 6 de Fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de Julho de 2007; Revoga Dispositivos da Medida Provisória Nº 2.178-36, de 24 de Agosto de 2001, e A Lei Nº 8.913, de 12 de Julho de 1994; e Dá Outras Providências**. BRASILIA.

BRASIL. Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009. **Dispõe Sobre O Atendimento da Alimentação Escolar Aos Alunos da Educação Básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae**. BRASILIA, Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BRASIL. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. **Dispõe Sobre o Atendimento da Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae**. Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da saúde Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar Para A População Brasileira**. 2. ed. BRASILIA,

BRASIL. Resolução/cd/fnde nº 4, de 2 de abril de 2015. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar Para A Alimentação Escolar**. 2. ed. BRASILIA, Disponível em: <www.fnde.gov.br/fndelegis>. Acesso em: 22 jun. 2016.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015. **Altera A Redação dos Artigos 25 A 32 da Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de Junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. BRASILIA, Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

BRASIL. MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. . **Cronologia das relações bilaterais Angola e Brasil**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2016

BRASIL. FNDE. . **Programa Nacional de Alimentação Escolar: Histórico**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CAVALLI, Suzi Barlettoet al. **Qualidade Da Alimentação Escolar A Partir Do Fornecimento De Alimentos Da Agricultura Familiar: Um Estudo multicêntrico na região sul do Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

CAVALLI, Suzi Barlettoet al. **Qualidade da Alimentação Escolar a Partir do Fornecimento de Alimentos da Agricultura Familiar: Um estudo multicêntrico na região sul do Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. ANÁLISE DE CONTEÚDO: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc**, Est., João Pessoa, v. 24, n. 1, p.13-18, abr. 2014.

CHAVES, Lorena Gonçalves et al. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 4, n. 18, p.917-926, 08 jan. 2013.

CONSEA. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**: Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. BRASILIA.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978. **Cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, Regula O Seu Funcionamento, e dá Outras**

Providências.. BRASILIA, Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/>>. Acesso em: 7 abr. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução nº 334, de 10 de maio de 2004. **Dispõe Sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá Outras Providências.** BRASILIA, Disponível em: <www.cfn.org.br/novosite/pdf/pesquisa.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução nº 380, de 28 de dezembro de 2005. **Dispõe Sobre a Definição das Áreas de Atuação do Nutricionista e suas Atribuições, Estabelece Parâmetros Numéricos de Referencia, Por área de Atuação, e dá Outras Providências..** BRASILIA, Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/>>. Acesso em: 7 abr. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Constituição (2010). Resolução nº 465, de 23 de agosto de 2010. **Dispõe Sobre As Atribuições do Nutricionista, Estabelece Parâmetros Numéricos Mínimos de Referencia no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá Outras Providências.** BRASILIA.

FABRI, Rafaela Karen. **Uso de alimentos regionais da agricultura familiar na alimentação escolar: um estudo de caso em Santa Catarina.** 2012. 291 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p.20-29, jun. 1995.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidades de Políticas de Segurança Alimentar para A Agricultura Familiar. **Soc. & Nat**, Uberlândia, v. 3, n. 25, p.469-483, dez. 2013.

HONÓRIO, Andréa Riskala Franco; BATISTA, Sylvia Helena. Percepções e demandas de nutricionistas da alimentação escolar sobre sua formação. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.473-492, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sip00013>.

MELLO, Adriana Lima et al. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista de Nutrição: 25(1)**, Campinas, v. 1, n. 25, p.119-132, fev. 2012.

MOTTER, Adriana Filimberti; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Agricultura Familiar: Desafios e Dificuldades na Aproximação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: Convibra Saúde – Congresso Virtual Brasileiro de Educação, Gestão e Promoção da Saúde, 1. 2012, Brasília. **Convibra Saúde**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. p. 1 - 12.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p.72-88, jun. 2006.

PREZOTTO, Leomar Luiz. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado: **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. In: colóquio internacional sobre transformações territoriais, 3, 2002, Florianópolis. **Anais**. Brasília: Cnpq/paralelo 15, 2002. p. 285 - 300.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 4, n. 18, p.909-916, 10 jan. 2013.

QUIVY, Raymond; CANPENHOUDT, Luc Van. **MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**. Lisboa: Gradiva, 1992. 224 p.

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula; CERATTI, Silene; BROCH, Djulia Taís. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto- Gedecon**, Rio Grande do Sul, v. 01, n. 1, p.36-49, jun. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMUEL, Abílio Tomé António. O impacto da merenda escolar na inserção, retenção e sucesso escolar dos alunos do ensino primário em Angola. in: 1º Congresso Portugal e os PALOP Cooperação na Área da Educação, 1º. 2011, Lisboa. **Congresso**. Lisboa: CEA, 2011. p. 147 - 158.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 23, p.2681-2693, nov. 2007.

SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 4, n. 18, p.927-936, nov. 2013.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; SOUSA, Anete Araújo de. Políticas de Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 6, n. 26, p.701-714, dez. 2013

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p.70-81, out. 2005.

SINTER. Universidade Federal de Santa Catarina (Org.). **Projeto de extensão da UFSC chega à África**. Disponível em: <<http://sinter.ufsc.br>>. Acesso em: 18 Agosto 2016.

SPINELLI, Maria Angélica dos Santos; CANESQUI, Ana Maria. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Revista de Nutrição: 15 (1): 105-117, jan./abr, 2002**, Campinas,, v. 01, n. 15, p.105-117, abr. 2002.

SOARES, Panmela. **Análise do programa de aquisição de alimentos na alimentação escolar em um município de Santa Catarina**. 2011. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SOARES, Panmelaet al. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. **Ciênc. Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 20, n. 6, p.1891-1900, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015206.16972014>.

SOUSA, Anete Araújo de et al. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, [s.l.], v. 28, n. 2, p.217-229, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1415-52732015000200010>.

TURPIN, Maria Elena. A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local Por Meio do Apoio Aos Agricultores Familiares. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, São Paulo, p.1-21, 26 jul. 2009.

TRICHES, Rozane Marcia. Promoção do Consumo Alimentar Sustentável No Contexto Da Alimentação Escolar. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], v. 13, n. 3, p.757-771, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sip00061>.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc. São Paulo**, São Paulo, v. 4, n. 19, p.933-945, 25 ago. 2010.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Reconstruindo O “Elo Perdido”: A Reconexão da Produção e do Consumo De Alimentos Através Do Programa De Alimentação Escolar no Município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 1, n. 17, p.1-15, jan. 2010.

TOYOYOSHI, Juliana Yumiet al. Avaliação da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 3, n. 37, p.329-335, ago. 2013.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; CALADO, Carmen Lúcia de Araújo. Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas,, v. 4, n. 24, p.605-617, ago. 2011

VIEIRA, TayseValdira. Programa Nacional De Alimentação Escolar: Ações Educativas Sobre Alimentação Orgânica Desenvolvidas Pelo Nutricionista Nas Escolas Municipais Brasileiras. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Nutrição, Programa de Pós-graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013

ANEXOS

ANEXO A: DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

[MUNICÍPIO]

[ESTADO]

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal da Secretaria Municipal de Educação, tomei conhecimento do projeto de pesquisa: **QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A PARTIR DO FORNECIMENTO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO MULTICÊNTRICO NA REGIÃO SUL DO BRASIL**, e cumprirei os termos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

[Município], [dia] de [mês] de 2015

[Nome do (a) Secretário(a) de Educação]

Secretária de Educação

[Número do decreto de nomeação]

[CARIMBO DO RESPONSÁVEL]

ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS
NÚCLEO DE PESQUISA DE NUTRIÇÃO EM PRODUÇÃO DE
REFEIÇÕES

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

- a) Você, que participa da execução do Programa de Alimentação Escolar, está sendo convidado a participar do estudo intitulado: **Qualidade da Alimentação Escolar a partir do Fornecimento de Alimentos da Agricultura Familiar: Um Estudo Multicêntrico na Região Sul do Brasil.**
- b) O objetivo desta pesquisa é: conhecer como ocorre o fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar em 23 municípios da região sul do Brasil, buscando entender a sua interface com a qualidade da alimentação.
- c) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder as perguntas propostas.
- d) Os benefícios esperados são: oferecer subsídios aos gestores de municípios para a melhoria da articulação entre PNAE e agricultura familiar, com foco na segurança alimentar e nutricional, possibilitando que a alimentação escolar seja aprimorada a partir do diagnóstico dos problemas e dificuldades encontrados. O estudo deverá ainda contribuir na fundamentação de políticas públicas destinadas à alimentação escolar e à agricultura familiar, bem como para possíveis revisões na legislação.
- e) A coordenadora do projeto é a Prof^ª. Suzi Barletto Cavalli, Dr., do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, podendo ser contatada na Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde pelo telefone: (48) 3721-2229.
- f) Estarão garantidas todas as informações que você solicitar antes, durante e depois do estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento. Este fato não irá interferir na sua atuação profissional

na Prefeitura do Município de _____/_____.

- h) Não há riscos quanto à sua participação na pesquisa, no entanto algumas informações pessoais serão questionadas. As informações relacionadas ao estudo poderão ser inspecionadas por pesquisadores que executam a pesquisa e pelas autoridades legais, sendo que para isso será mantida a confidencialidade, assim como no caso de divulgação em relatórios ou publicações. Para garantir a confidencialidade mencionada anteriormente os nomes dos participantes serão substituídos por códigos.
- i) Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa são da responsabilidade do pesquisador e não do participante.
- j) Você não receberá qualquer valor em dinheiro, pela sua participação no estudo.
- k) Seu nome não aparecerá quando os resultados forem publicados, ele será substituído por um código.

Eu,

_____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão afete meu trabalho. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo. Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

_____, _____ de _____ de 2015.

(Assinatura do Participante)

(Assinatura do Pesquisador)

ANEXO C: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

SECRETARIA DE ESTADO DA
SAÚDE DE SANTA
CATARINA/SES

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Qualidade da alimentação escolar a partir do fornecimento de alimentos da agricultura familiar: um estudo multicêntrico na região sul do Brasil

Pesquisador: Suzi Barletto Cavalli

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 43032015.2.0000.0115

Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Patrocinador Principal: CNPQ

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.002.956

Data da Relatoria: 25/03/2015

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo observacional descritivo com abordagem quali-quantitativa. Por meio da abordagem qualitativa, será possível uma maior compreensão do papel dos diversos sujeitos envolvidos na articulação entre agricultura familiar e PNAE. A abordagem quantitativa será utilizada para identificar a frequência da oferta dos grupos de alimentos nos cardápios das escolas, assim como para analisar a variedade de produtos fornecidos para alimentação escolar pela agricultura familiar e por mercados da região pesquisada. Ainda, servirá para analisar a quantidade per capita dos grupos alimentares fornecidos aos escolares e os percentuais de aquisição da agricultura familiar, ambos relacionados ao cumprimento da legislação.

O estudo será realizado em 23 municípios da região sul do Brasil, representantes das mesorregiões de cada estado, sendo 10 do Paraná, 6 de Santa Catarina e 7 do Rio Grande do Sul.

As técnicas utilizadas para coleta de dados serão: análise documental e entrevistas estruturadas com 81 sujeitos de pesquisa com o perfil de gestores e funcionários ligados à alimentação escolar e à agricultura familiar envolvidos com o fornecimento de alimentos para alimentação escolar.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a qualidade da alimentação escolar a partir do fornecimento de alimentos da agricultura familiar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As entrevistas poderão eventualmente constranger os sujeitos de pesquisa e questionar valores ou posicionamentos em relação ao tema pesquisado. Os pesquisadores reconhecem o direito de não responder as questões que os incomodem ou até mesmo recusar-se a participar da pesquisa. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo, mas publicados cientificamente não sendo divulgadas as informações pessoais.

Os resultados esperados devem contribuir para a produção do conhecimento em Nutrição, considerando a necessidade de um diagnóstico da qualidade da alimentação escolar em diferentes municípios, a partir da aquisição de alimentos da agricultura familiar. Concebe-se, ainda, que os dados obtidos sejam úteis na fundamentação de políticas públicas destinadas à alimentação escolar e à agricultura familiar, bem como contribuam

para possíveis revisões na legislação. Acredita-se que os resultados do estudo irão demonstrar e permitir a proposição de estratégias para a melhoria da qualidade da alimentação escolar e articulação com a agricultura familiar, a fim de auxiliar os profissionais que atuam neste segmento na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com desenho adequado nos termos da Resolução 466/2012 do CNS e com baixo risco para os sujeitos de pesquisa que participarem da mesma.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos de apresentação obrigatória foram inseridos na Plataforma Brasil e estão adequados às exigências do CEP SES.

Recomendações:

Nada digno de nota.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está de acordo com os termos da Resolução 466/2012 do CNS e tem baixo risco para os sujeitos participantes.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 27 de Março de 2015

Assinado por:
ELIANE MARIA STUART GARCEZ
(Coordenador)

Endereço: Rua Esteves Junior, 390, Andar Térreo - Biblioteca		
Bairro: Centro	CEP: 88.015-130	
UF: SC	Município: FLORIANOPOLIS	
Telefone: (48)3212-1660	Fax: (48)3212-1680	E-mail: cepses@saude.sc.gov.br